

Relatório de Governo
Societário

2023

Águas do Vale do Tejo, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 6 de março de 2024

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	8
III.	Estrutura de capital	24
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	28
V.	Órgãos Sociais e Comissões	30
A.	Modelo de Governo.....	30
B.	Assembleia Geral.....	31
C.	Administração e Supervisão	32
D.	Fiscalização.....	47
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC).....	54
F.	Conselho Consultivo.....	57
G.	Auditor Externo.....	57
VI.	Organização Interna	59
A.	Estatutos e Comunicações.....	59
B.	Controlo interno e prevenção de riscos.....	63
C.	Regulamentos e Códigos.....	74
D.	Deveres especiais de informação	82
E.	Sítio na Internet	83
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	89
VII.	Remunerações	91
A.	Competência para a Determinação	91
B.	Comissão de Fixação de Remunerações.....	92
C.	Estrutura das Remunerações.....	93
D.	Divulgação das Remunerações.....	99
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	104
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	108
X.	Avaliação do Governo Societário.....	121
XI.	Anexos do RGS	127

I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2023

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, criou um sistema multimunicipal, por agregação de sistemas multimunicipais já existentes, e constituiu a respetiva entidade gestora, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. (AdLVT), atribuindo-lhe a exploração e a gestão concessionada daqueles sistemas.

Este sistema abrangia a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição.

O sistema em apreço havia resultado da agregação de oito sistemas multimunicipais, que se extinguíram no dia da constituição do novo sistema, nomeadamente:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano, criado pelo Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de julho e gerido pela Águas do Norte Alentejano, SA (AdNA);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa, criado pelo Decreto-Lei n.º 121/2000, de 4 de julho e gerido pela Águas do Zêzere e Côa, SA (AdZC);
- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho e gerido pela SANEST, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro e gerido pela SIMARSUL, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro e gerido pela SIMTEJO, SA;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, criado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho e gerido pela Águas do Centro, SA (AdC);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro e gerido pela Águas do Oeste, SA (AdO);
- e do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Alentejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 130/2002, de 11 de maio e gerido pela Águas do Centro Alentejo, SA (AdCA).

Integrava como utilizadores no abastecimento de água e saneamento de águas residuais setenta municípios e apenas na componente de saneamento de águas residuais dezasseis municípios. A população residente abrangida pelo sistema era de 1,1 milhões de habitantes na atividade de abastecimento de água e cerca de 3,7 milhões habitantes na atividade de saneamento de águas residuais.

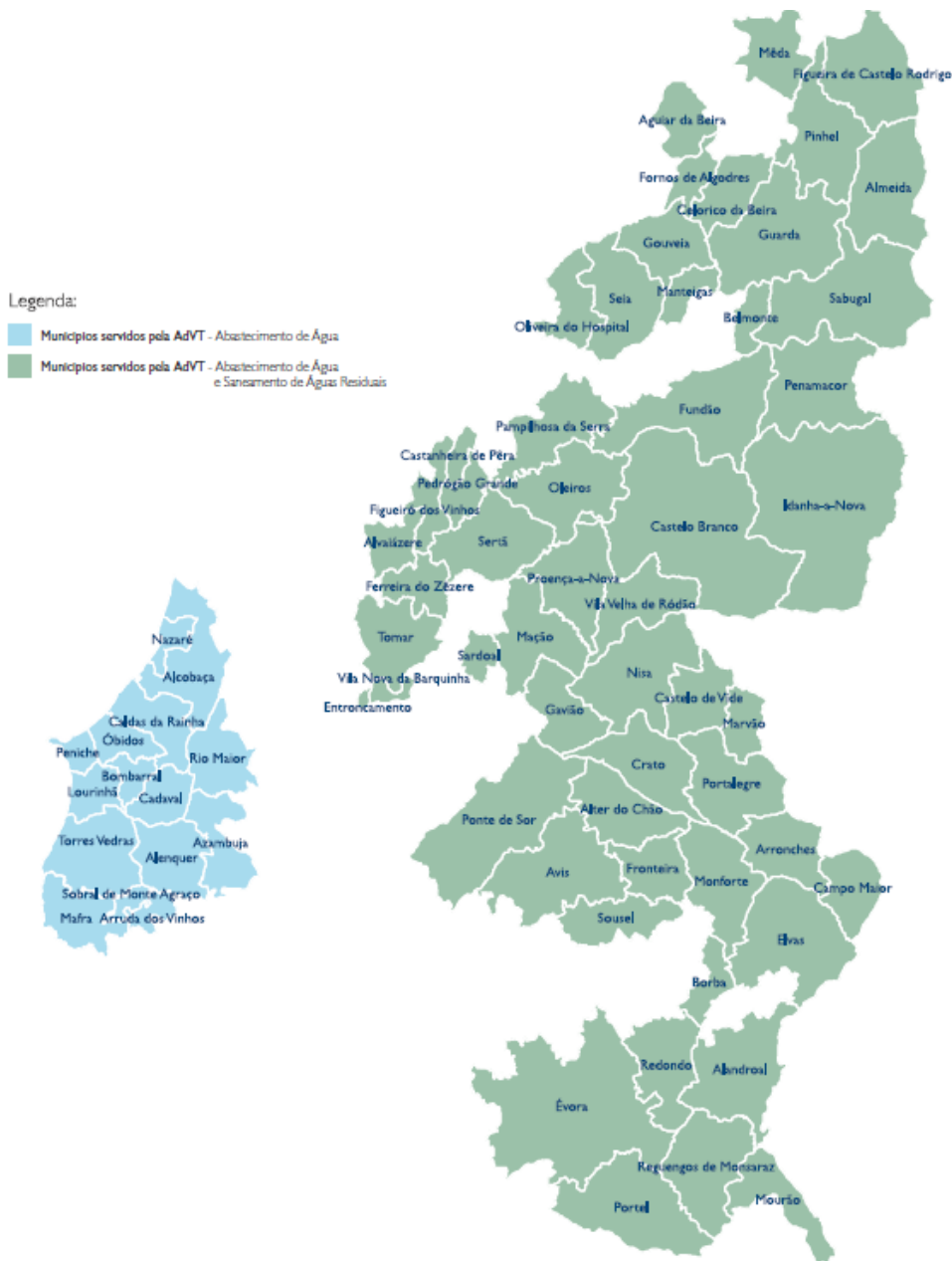
No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), tendo por essa via sido substancialmente alterado o seu âmbito territorial.

Dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na Águas do Vale do Tejo apenas cinco, um deles somente na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pelas empresas cindidas Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico, e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange agora os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A gestão e exploração do sistema de abastecimento de água da região Oeste foi alvo de um contrato entre a EPAL e a então Águas do Oeste, tendo a EPAL iniciado em janeiro de 2016 a gestão do sistema em regime de exclusividade. A operação, manutenção e exploração do sistema é assegurada pela EPAL, que entrega a água à Águas do Vale do Tejo nos pontos de entrega desta aos municípios, que por sua vez procede ao fornecimento aos seus clientes.



O desafio da uniformização das melhores práticas, de identificação e otimização das sinergias e da melhoria da prestação de serviços e das relações com as entidades servidas continuará a ser o principal desiderato

dos gestores, responsáveis e demais trabalhadores, na procura das respostas necessárias à melhoria da qualidade e sustentabilidade do nosso futuro.

Relativamente ao conteúdo do Relatório do Governo Societário não se registaram, no ano de reporte, alterações ou factos dignos de registo, tendo sido mantidas as boas práticas de Governo Societário em uso no ano anterior.

De acordo com as Instruções emanadas para a preparação e elaboração do Relatório de Governo Societário para o ano em apreço, apresenta-se o quadro seguinte:

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2023 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2023	x	
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios *	x	
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa **	x	
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2023	x	
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x	
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		x
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade ***	x	
Artigo 51.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x	

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na <i>internet</i> da Unidade Técnica	x	
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	

* Os relatórios trimestrais de 2023 serão submetidos após a aprovação das contas do exercício de 2023

** A informação financeira anual será formalmente submetida em data posterior ao presente Relatório.

*** (artigo 50.º) implementado na EPAL que detém a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, a qual abrange os trabalhadores afetos à gestão delegada na empresa

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do RJSPE)

MISSÃO

A Águas do Vale do Tejo tem por missão a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões servidas pelo sistema.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende e o ambiente.

VALORES

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da Águas do Vale do Tejo, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

POLÍTICA DE GESTÃO

No âmbito do contexto organizacional da Águas do Vale do Tejo, cuja gestão delegada é assegurada pela EPAL, e por forma a dar cumprimento à legislação e normas aplicáveis e à missão, visão e valores, de modo socialmente responsável, económico e ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, foram assumidos os seguintes compromissos pela EPAL, os quais se aplicam à Águas do Vale do Tejo:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;
- Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa;
- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e,

tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeições de saúde relacionadas com o trabalho;

- Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;
- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco-eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- Combate e Adaptação às Alterações Climáticas – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a

adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;

- Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;
- Segurança da informação – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- Envolvimento da Cadeia de Fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplica as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e

desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;

- Economia Circular – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:

A atividade prosseguida pela Empresa, enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações, para o mandato de 2023/2025, tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Adicionalmente, o exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Vale do Tejo, S.A. sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- Cumpra a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;

- Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às Orientações Estratégicas Específicas, o Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - 1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - 1.3 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.4 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
 - 1.5 Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

- 2.2 Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4 Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3 No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
 4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento, designadamente:
 - 4.1 Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - 4.2 Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.3 Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

- 4.4 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2 No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1 Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - 6.2 Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização.
 - 6.3 Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
 - 6.4 Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
 - 6.5 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP internacional.

Circunstâncias Transitórias e Excecionais

O presente mandato da Águas do Vale do Tejo, S.A corresponde a um ciclo extremamente exigente em termos de dimensionamento da capacidade instalada, complexidade dos desafios estratégicos e cronograma de execução do programa de investimento suportado por fundos europeus.

Acresce a excecionalidade inerente ao contexto de guerra na Europa, com a necessidade imperiosa de neutralizar as repercussões na atividade corrente e de assumir uma função relevante de estabilização social, de alavanca na recuperação económica e indutora na evolução de paradigma da sociedade.

Não se dispondo ainda de informação completa em matérias sensíveis, pelo que não sendo possível projetar com objetividade e rigor algumas medidas de gestão a adotar para cabal cumprimento das presentes orientações, determina-se que os parâmetros de desempenho operacional, económico e financeiro possam vir a ser revistos num prazo de 12 meses.

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Águas do Vale do Tejo, são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

As orientações estratégicas respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram comunicadas pelo acionista maioritário, a AdP SGPS, SA.

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato.

O Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, eleito em 17 de abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao referido normativo em 23 de novembro de 2023, tendo a proposta sido instruída de acordo com as regras aplicáveis (designadamente as constantes na nota técnica da UTAM, observando o disposto na Portaria n.º 317-A/2021), aguardando nesta data a respetiva aprovação da proposta apresentada.

De acordo com a Lei, a celebração do contrato de gestão só ocorre após a obtenção de parecer prévio da UTAM, e subsequente concordância dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa, quanto à proposta integral de contrato de gestão, incluindo os objetivos.

Sem prejuízo do que antecede, será feita a avaliação tendo por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais propostos, bem como as fórmulas de cálculo para o apuramento do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador.

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
1. Objetivos Individuais							
1.1	CARLOS MARTINS Lançamento da Empreitada de Execução dos Sistemas Elevatórios de Monte do Trigo, Vera Cruz e São Bartolomeu do Outeiro	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	Até finais de novembro de 2023	Em dezembro de 2023	Em janeiro de 2024	Não lançamento até 31 de janeiro de 2024	25%
1.2	LUÍSA BRANCO Plano de Recuperação de Água Não Faturada para 2024	Elaboração/Atualização do Plano de Recuperação de Água Não Faturada – Aprovação em Reunião de Conselho de Administração (RCA)	Até 30.11.2023	Entre 01.12.2023 e 31.12.2023	Entre 01.01.2024 e 29.02.2024	Não aprovação do Plano para 2024 até 01.03.2024	25%
1.3	TELMA CORREIA Criação e divulgação de um roteiro para a sustentabilidade	Produção de suporte para resumo do Relatório de Sustentabilidade (Aprovação da Informação em CA)	Até 30.11.2023	Entre 01.12.2023 e 31.12.2023	Entre 01.01.2024 e 29.02.2024	Não aprovação até 01.03.2024	25%
1.4	RUI LOURENÇO Endividamento Bruto	Variação do endividamento bruto face ao proposto em PAO	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	25%

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
2. Objetivos Setoriais							
2.1	Qualidade da Água Fornecida	AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)	AQA ≥ 99,00%	98,50% ≤ AQA < 99,00%	97,00% ≤ AQA < 98,50%	AQA < 97,00%	10%
2.2	Qualidade das Águas Residuais	AQAR - Avaliação da Qualidade das Águas Residuais	AQAR ≥ 95,00%	92,50% ≤ AQAR < 95,00%	90,00% ≤ AQAR < 92,50%	AQAR < 90,00%	10%
2.3	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%): (Ações executadas / Ações previstas) x 100	Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00%	80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00%	70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00%	Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00%	10%

AdVT - Águas do Vale do Tejo							
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	
		100%	80%	50%	20%		
3. Objetivos Estratégicos							
3.1	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	VAR ≤ -1%	-1% < VAR ≤ 0%	0% < VAR ≤ +1%	VAR > +1%	15%
3.2	Resultado operacional com correção de imparidades e provisões	VAR = (RO Real n / RO Real n-1) - 1 (Indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%
3.3	RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)	VAR = (RoA Real / RoA PAO) - 1 (Indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	5%
3.4	Alavancagem financeira	VAR = (Alavanc. Real / Alavanc. PAO) - 1 (Indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	5%
3.5	Respeito pelos prazos de pagamento	VAR = (PMP Real / PMP PAO) - 1 (Indicador em %)	VAR < 0%*	0% ≤ VAR < +5%	+5% ≤ VAR < +10%	VAR ≥ +10%	5%
3.6	Água para Reutilização (ApR) Interna	Volume água total reutilizada internamente / (Volume água total reutilizada internamente + Volume de água total potável consumida da rede) * 100 (todas as instalações AR)	ApR Interna ≥ 80,00%	75,00% ≤ ApR Interna < 80,00%	70,00% ≤ ApR Interna < 75,00%	ApR Interna < 70,00%	5%
Avaliação Global						100%	

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Conforme referido na alínea anterior, o grau de cumprimento dos objetivos propostos foi, em 2023, o seguinte:

AdVT - Águas do Vale do Tejo										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global	
		100%	80%	50%	20%					
1. Objetivos Individuais										
1.1	CARLOS MARTINS Lançamento da Empreitada de Execução dos Sistemas Elevatórios de Monte do Trigo, Vera Cruz e São Bartolomeu do Outeiro	Publicar em Diário da República o Procedimento de Lançamento do Concurso para as empreitadas em avaliação	Até finais de novembro de 2023	Em dezembro de 2023	Em janeiro de 2024	Não lançamento até 31 de janeiro de 2024	25%	11/12/2023	80%	20%
1.2	LUÍSA BRANCO Plano de Recuperação de Água Não Faturada para 2024	Elaboração/Atualização do Plano de Recuperação de Água Não Faturada – Aprovação em Reunião de Conselho de Administração (RCA)	Até 30.11.2023	Entre 01.12.2023 e 31.12.2023	Entre 01.01.2024 e 29.02.2024	Não aprovação do Plano para 2024 até 01.03.2024	25%	29/11/2023	100%	25%
1.3	TELMA CORREIA Criação e divulgação de um roteiro para a sustentabilidade	Produção de suporte para resumo do Relatório de Sustentabilidade (Aprovação da informação em CA)	Até 30.11.2023	Entre 01.12.2023 e 31.12.2023	Entre 01.01.2024 e 29.02.2024	Não aprovação até 01.03.2024	25%	29/11/2023	100%	25%
1.4	RUI LOURENÇO Endividamento Bruto	Variação do endividamento bruto face ao proposto em PAO	VAR < -5%	-5% ≤ VAR < 0%	0% ≤ VAR < +5%	VAR ≥ +5%	25%	-4%	80%	20%

AdVT - Águas do Vale do Tejo										
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global	
		100%	80%	50%	20%					
2. Objetivos Setoriais										
2.1	Qualidade da Água Fornecida	AQA - Avaliação da Qualidade da água (Fórmula de Água Segura do Indicador da ERSAR)	AQA ≥ 99,00%	98,50% ≤ AQA < 99,00%	97,00% ≤ AQA < 98,50%	AQA < 97,00%	10%	99,67%	100%	10%
2.2	Qualidade das Águas Residuais	AQAR - Avaliação da Qualidade das Águas Residuais	AQAR ≥ 95,00%	92,50% ≤ AQAR < 95,00%	90,00% ≤ AQAR < 92,50%	AQAR < 90,00%	10%	96,31%	100%	10%
2.3	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%)= (Ações executadas /Ações previstas) x 100	Nº Ações executadas face ao previsto ≥ 90,00%	80,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 90,00%	70,00% ≤ Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00%	Nº Ações executadas face ao previsto < 70,00%	10%	99,95%	100%	10%

AdVT - Águas do Vale do Tejo											
OBJETIVOS DE GESTÃO 2023	Cálculo	Grau de cumprimento (GC):				Ponderação	Avaliação	GC do Objetivo	GC Global		
		100%	80%	50%	20%						
3. Objetivos Estratégicos											
3.1	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	VAR ≤ -1%	-1% < VAR ≤ 0%	0% < VAR ≤ +1%	VAR > +1%	15%	0%	80%	12%	
3.2	Resultado operacional com correção de imparidades e provisões	VAR = (RO Real n / RO Real n-1) -1 (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	10%	+20%	100%	10%	
3.3	RoA (Return on Assets, definido como EBIT a dividir pelo ativo total)	VAR = (RoA Real / RoA PAO) -1 (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	5%	+1%	100%	5%	
3.4	Alavancagem financeira	VAR = (Alavanc Real / Alavanc PAO) -1 (indicador em %)	VAR ≥ +1%	0% ≤ VAR < +1%	-1% ≤ VAR < 0%	VAR < -1%	5%	-3%	20%	1%	
3.5	Respeito pelos prazos de pagamento	VAR = (PMP Real / PMP PAO) -1 (indicador em %)	VAR < 0%*	0% ≤ VAR < +5%	+5% ≤ VAR < +10%	VAR ≥ +10%	* Com limite de 29 dias, inclusive	5%	-9%	100%	5%
3.6	Água para Reutilização (ApR) Interna	Volume água total reutilizada internamente / (Volume água total reutilizada internamente + Volume de água total potável consumida da rede)*100 (todas as instalações AR)	ApR Interna ≥ 80,00%	75,00% ≤ ApR Interna < 80,00%	70,00% ≤ ApR Interna < 75,00%	ApR Interna < 70,00%	5%	79,19%	80%	4%	

A avaliação média global do ano foi de 90,0%, considerando-se assim uma avaliação global positiva, de acordo com o grau de concretização alcançado.

Atendendo à avaliação atingida, não se antevê necessidade de efetuar medidas de correção aos resultados alcançados.

Os indicadores em apreço serão objeto de auditoria pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco do Grupo AdP.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa

As atividades da Águas do Vale do Tejo estão sujeitas a um conjunto de fatores chave que impactam nos resultados, dos quais destacamos:

- Atuação do Regulador Setorial, com independência assegurada e poderes sucessivamente acrescidos;
- Forte relevância do preço da energia, enquanto variável não controlável e que constitui, no conjunto dos gastos operacionais, a rubrica mais relevante dos Fornecimentos e Serviços Externos;
- Gestão do equilíbrio relacional com os parceiros municipais na sua dupla condição de acionistas e utilizadores dos sistemas;
- Regularização, pela via de negociação de acordos de pagamento, de elevados montantes de dívidas vencidas de clientes municipais, num contexto de forte restrição orçamental autárquico;
- Acesso ao *cash-flow* do utilizador final e medidas que assegurem esse acesso progressivo, num contexto em que a Águas do Vale do Tejo não gere, no território abrangido, o ciclo integrado da água (alta e baixa) e em que a criticidade do serviço não permite a interrupção do fornecimento por falha de pagamento municipal do serviço;
- Enquadramento macroeconómico do país, enquanto fator determinante nas condições de acesso e custo de capital;
- Exigências ambientais, nacionais e comunitárias, relevantes num quadro de contenção de gastos no setor público;
- Capacidade de atrair os meios humanos necessários em face das restrições impostas ao setor público.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE)

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos utilizadores e clientes.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Em 2023, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)

A 31 de dezembro de 2023, o capital social da Águas do Vale do Tejo é de 83.759.578 euros, conforme disposto no anexo VI do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, atualmente com a seguinte composição acionista:

	Categoria A	Categoria B	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total do Capital Social Subscrito	Capital Realizado
Águas de Portugal, SGPS, SA	54.373.639	3.200.000	57.573.639	57.573.639	68,74%	57.573.639
Aguiar da Beira	108.235	0	108.235	108.235	0,13%	108.235
Alandroal	150.625	0	150.625	150.625	0,18%	150.625
Alcobaça	640.334	0	640.334	640.334	0,76%	640.334
Alenquer	1.318.667	0	1.318.667	1.318.667	1,57%	1.318.667
Almeida	124.835	0	124.835	124.835	0,15%	124.835
Alter do Chão	118.300	0	118.300	118.300	0,14%	118.300
Alvaiázere	280.370	0	280.370	280.370	0,33%	280.370
Arronches	98.060	0	98.060	98.060	0,12%	98.060
Arruda dos Vinhos	384.123	0	384.123	384.123	0,46%	384.123
Ass. Municípios do Oeste	2.079	0	2.079	2.079	0,00%	2.079
Avis	155.355	0	155.355	155.355	0,19%	155.355
Azambuja	1.438.150	0	1.438.150	1.438.150	1,72%	1.438.150
Belmonte	68.790	0	68.790	68.790	0,08%	68.790
Bombarral	354.202	0	354.202	354.202	0,42%	354.202
Cadaval	341.977	0	341.977	341.977	0,41%	341.977
Caldas da Rainha	437.096	0	437.096	437.096	0,52%	437.096
Campo Maior	248.000	0	248.000	248.000	0,30%	248.000
Castanheira de Pêra	118.085	0	118.085	118.085	0,14%	118.085
Castelo Branco	3.294.000	0	3.294.000	3.294.000	3,93%	3.294.000
Castelo de Vide	115.735	0	115.735	115.735	0,14%	115.735
Crato	132.840	0	132.840	132.840	0,16%	132.840
EDIA	250.000	0	250.000	250.000	0,30%	250.000
Elvas	703.245	0	703.245	703.245	0,84%	703.245
Évora	1.342.215	0	1.342.215	1.342.215	1,60%	1.342.215
Ferreira do Zêzere	312.035	0	312.035	312.035	0,37%	312.035
Figueira de Castelo Rodrigo	91.960	0	91.960	91.960	0,11%	91.960
Figueiró dos Vinhos	150.145	0	150.145	150.145	0,18%	150.145
Fornos de Algodres	116.550	0	116.550	116.550	0,14%	116.550
Fronteira	108.610	0	108.610	108.610	0,13%	108.610
Fundão	280.410	0	280.410	280.410	0,33%	280.410
Gavião	150.795	0	150.795	150.795	0,18%	150.795
Gouveia	328.010	0	328.010	328.010	0,39%	328.010

	Categoria A	Categoria B	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total do Capital Social Subscrito	Capital Realizado
Guarda	431.100	0	431.100	431.100	0,51%	431.100
Idanha -a -Nova	412.915	0	412.915	412.915	0,49%	412.915
Lourinhã	904.750	0	904.750	904.750	1,08%	904.750
Manteigas	104.640	0	104.640	104.640	0,12%	104.640
Marvão	111.460	0	111.460	111.460	0,13%	111.460
Mêda	86.220	0	86.220	86.220	0,10%	86.220
Monforte	97.775	0	97.775	97.775	0,12%	97.775
Mourão	59.765	0	59.765	59.765	0,07%	59.765
Nazaré	194.781	0	194.781	194.781	0,23%	194.781
Nisa	256.555	0	256.555	256.555	0,31%	256.555
Óbidos	370.193	0	370.193	370.193	0,44%	370.193
Oleiros	115.610	0	115.610	115.610	0,14%	115.610
Oliveira do Hospital	459.315	0	459.315	459.315	0,55%	459.315
Pampilhosa da Serra	125.455	0	125.455	125.455	0,15%	125.455
Pedrogão Grande	240.185	0	240.185	240.185	0,29%	240.185
Penamacor	94.155	0	94.155	94.155	0,11%	94.155
Peniche	274.681	0	274.681	274.681	0,33%	274.681
Pinhel	164.505	0	164.505	164.505	0,20%	164.505
Ponte de Sor	494.010	0	494.010	494.010	0,59%	494.010
Portalegre	726.050	0	726.050	726.050	0,87%	726.050
Proença -a -Nova	328.455	0	328.455	328.455	0,39%	328.455
Redondo	152.405	0	152.405	152.405	0,18%	152.405
Rio Maior	606.052	0	606.052	606.052	0,72%	606.052
Sabugal	153.385	0	153.385	153.385	0,18%	153.385
Seia	624.330	0	624.330	624.330	0,75%	624.330
Sertã	304.175	0	304.175	304.175	0,36%	304.175
Sobral de Monte Agraço	267.472	0	267.472	267.472	0,32%	267.472
Sousel	158.210	0	158.210	158.210	0,19%	158.210
Tomar	1.396.570	0	1.396.570	1.396.570	1,67%	1.396.570
Torres Vedras	2.584.932	0	2.584.932	2.584.932	3,09%	2.584.932
Vila Velha de Ródão	122.000	0	122.000	122.000	0,15%	122.000
	80.559.578	3.200.000	83.759.578	83.759.578	100,00%	83.759.578

O capital social da sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 80.559.578 ações da categoria A, com o valor nominal de um euro e por 3.200.000 ações da categoria B, com o valor nominal de um euro. Apesar de estarem estatutariamente previstas, não existem ações da categoria C.

As ações da categoria A e da categoria B são nominativas e assumem exclusivamente a forma escritural, podendo estas últimas, no entanto, ser convertidas em ações ao portador a pedido do acionista e mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

As limitações à titularidade de ações estão previstas no artigo 6.º dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, destacando-se as seguintes:

- a) As ações da categoria A e da categoria C devem, isolada ou conjuntamente, representar, sempre e pelo menos, 51 % do capital social com direito a voto;
- b) As ações da categoria A apenas podem ter como titulares entes públicos, entendidos estes nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, e municípios utilizadores do sistema ou entidades de natureza intermunicipal onde aqueles participem;
- c) As ações da categoria C apenas podem ser detidas pela AdP — Águas de Portugal, SGPS, S.A., por sociedades de capitais exclusivamente públicos e maioritariamente por estas participadas e pelos municípios que tenham celebrado contratos de parceria para exploração e gestão de sistemas municipais de que a sociedade seja a entidade gestora;

As limitações à transmissão de ações constam do artigo 8.º dos Estatutos da Águas do Vale do Tejo, que estipula o seguinte:

- As ações das categorias A e C apenas podem ser transmitidas a favor dos demais acionistas da mesma categoria de ações, e a favor das entidades referidas nas alíneas b) e c) do parágrafo anterior, respetivamente;
- A transmissão das ações das categorias A e C, bem como de ações nominativas da categoria B, fica subordinada ao consentimento da sociedade;
- Existe direito de preferência na transmissão de ações da categoria A e da categoria C a favor dos acionistas titulares da mesma categoria de ações, exceto se a transmissão for realizada a favor de algum município;
- Os acionistas titulares de ações da categoria A têm direito de preferência na alienação de ações nominativas da categoria B;
- Querendo o acionista transmitir ações, deve pedir o consentimento, por escrito, à sociedade, identificando o previsto adquirente, indicando as contrapartidas oferecidas e a respetiva valoração,

bem como as demais condições da projetada transmissão. A sociedade deve pronunciar-se sobre o pedido de consentimento no prazo de 60 dias e caso não o faça, é livre a transmissão das ações;

- Não existe a necessidade de consentimento da sociedade nem o direito de preferência, no caso da transmissão de ações da categoria A e B pelos Municípios para entidades de cariz intermunicipal, empresas municipais ou intermunicipais, compostas ou detidas exclusivamente por municípios utilizadores do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, nem no caso de transmissão de ações pela AdP — Águas de Portugal, SGPS, SA, a favor de entidades que se encontrem com aquelas, direta ou indiretamente, em relação de domínio ou de grupo;
- Não existe necessidade de consentimento da sociedade, nem direito de preferência dos acionistas em caso de transmissão de ações da categoria C, a outros municípios que venham a integrar o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, nem a favor de entidades que se encontrem, direta ou indiretamente, em relação de domínio ou de grupo com a AdP — Águas de Portugal, SGPS, SA;
- A transmissão de ações em violação das disposições estatutárias é nula.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições

Os estatutos da sociedade determinam, no artigo 11.º, que os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos trinta dias posteriores à sua celebração, ser comunicados à administração da sociedade, pelos acionistas que os tenham subscrito.

Neste sentido, a administração da sociedade não tem conhecimento de nenhum acordo parassocial que possa conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das participações sociais que a empresa publica detém (vide alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

No exercício de 2023, a Águas do Vale do Tejo não deteve participações sociais em nenhuma sociedade.

2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)

Nos termos do artigo 4.º dos seus estatutos, a sociedade pode participar em quaisquer outras sociedades, ou entidades de natureza não societária, com objeto similar ou complementar do seu, desde que previamente autorizada por escrito pelo concedente. No exercício de 2023, a Águas do Vale do Tejo não participou na aquisição e ou alienação de participações sociais noutras entidades.

Em 2023, a Águas do Vale do Tejo participou nas seguintes instituições de índole fundacional ou associativo:

- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- NERGA - Associação Empresarial da Região da Guarda;
- RELACRE - Associação Laboratórios Acreditados Portugal;
- ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações nem obrigações emitidas pela Águas do Vale do Tejo.

De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos órgãos sociais que detêm participações em outras empresas são os seguintes:

Nome	Cargo	Empresa onde detém a participação	% Capital social detido	Votos imputáveis
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Presidente do Conselho Fiscal	Navalho, Morais & Associado, SROC, LDA	24%	24%

Os restantes membros dos órgãos sociais não são titulares de participações sociais noutras entidades.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa

Entre os titulares de participações e a sociedade existem relações de natureza comercial, sendo que no caso da AdP SGPS tal se materializa nos *fees* de gestão faturados pela AdP SGPS, SA às suas participadas e, no caso dos municípios, na prestação, por parte da Águas do Vale do Tejo, de serviços de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Alguns municípios prestam também serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nas instalações da Águas do Vale do Tejo que estejam sedeadas nesses municípios.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE)

1. Identificação do modelo de governo adotado

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, são órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo, S.A.:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Ainda, e nos termos do n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, está prevista a existência de um Conselho Consultivo.

Em termos de administração e supervisão o modelo de governo é assegurado por um Conselho de Administração e a respetiva fiscalização cometida ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas.

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas. Ainda nos termos do artigo 22.º, a gestão corrente pode ser delegada em um ou dois administradores ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores.

O modelo de governo da empresa visa a transparência e a eficácia do funcionamento da empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Assim, o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, assim como de funções de natureza operacional, que consistem na gestão corrente da atividade. Já os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo exercício de funções de fiscalização da atividade da administração, das contas da Sociedade, dos sistemas de controlo e gestão de riscos e auditoria interna, avaliação das práticas e métodos contabilísticos e verificação de irregularidades.

B. Assembleia Geral

1. *Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)*

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, os quais constituem igualmente os titulares da Mesa das Assembleias Especiais, conforme previsto no artigo 15.º dos estatutos da Águas do Vale do Tejo.

Compete ao presidente convocar assembleias gerais ou especiais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos estatutos ou em deliberação dos acionistas.

O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Em Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2023, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade para o mandato 2023-2025.

Até essa data mantiveram-se em funções os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 29 de julho de 2020, e abaixo identificados:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2020-2022	Presidente	Fernando Manuel Tinta Ferreira	AG	29 julho 2020
2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	29 julho 2020
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	29 julho 2020

Legenda: ⁽¹⁾ Resolução (R)/ Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

Em 17 de abril de 2023, foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2023-2025:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2023-2025	Presidente	Carlos Manuel Martins Condesso	AG	17 abril 2023
2023-2025	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	17 abril 2023
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	17 abril 2023

Legenda: ⁽¹⁾ Resolução (R)/ Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

As deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada são as seguintes:

- A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- As deliberações sobre fusão, cisão e transformação da sociedade devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.
- As deliberações sobre conversão das ações da categoria A em ações da categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, dentro dos limites legais.

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral, no termos do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade e do estatuto do gestor público. O Presidente do Conselho de Administração é igualmente eleito em Assembleia Geral (artigo 20.º dos estatutos da sociedade), podendo este designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham a substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

A substituição de membros pode igualmente ser deliberada em Conselho de Administração, por cooptação, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de posterior ratificação pela Assembleia Geral.

2. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da AdVT, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os eleger, que deve situar-se entre um mínimo de cinco e um máximo de sete membros.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.

Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação da Assembleia Geral de 17 de abril de 2023, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2023-2025, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos.

Até essa data mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração eleitos em 29 de julho de 2020 e em 23 de março de 2022, e abaixo identificados:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2020-2022	Presidente Executivo	José Manuel Leitão Sardinha	AG	29 julho 2020	EPAL, SA	Origem
2020-2022	Vice-Presidente executivo	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AG	29 julho 2020	EPAL, SA	Origem
2020-2022	Vogal executivo	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AG	29 julho 2020	EPAL, SA	Origem
2020-2022	Vogal executivo	Telma Susana Rodrigues Correia	AG	29 julho 2020	EPAL, SA	Origem
2020-2022	Vogal não executivo	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato	AG	23 março 2022	C. M. Crato	Origem

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2020-2022	Vogal não executivo	Jorge Manuel Alves de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento	AG	29 julho 2020	C. M. Entroncamento	Origem
2020-2022	Vogal não executivo	Alda Maria das Neves D. Correia de Carvalho, Vereadora em regime de não permanência da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra	AG	29 julho 2020	(Aposentada)	Origem

Número estatutário mínimo e máximo de membros – 3/5

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 23 de setembro de 2020, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

Em 17 de abril de 2023, foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, para o mandato 2023-2025:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ⁽²⁾
2023-2025	Presidente Executivo	Carlos Manuel Martins	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vice-Presidente executivo	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal executivo	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal executivo	Telma Susana Rodrigues Correia	AG	17 abril 2023	EPAL, SA	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato	AG	17 abril 2023	C. M. Crato	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Jorge Manuel Alves de Faria, Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento,	AG	17 abril 2023	C. M. Entroncamento	Origem
2023-2025	Vogal não executivo	Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre	AG	17 abril 2023	C. M. Portalegre	Origem

Número estatutário mínimo e máximo de membros – 3/5

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 4 de maio de 2023, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

Os atuais membros do conselho de administração da Águas do Vale do Tejo optaram pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte desta sociedade.

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).

No ponto anterior são indicados os membros executivos e não executivos da sociedade.

Os três membros não executivos são Presidentes e/ou representantes de municípios aos quais a Sociedade presta serviços de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, assim como poderão prestar serviços da mesma índole à Águas do Vale do Tejo, não estando associados a qualquer grupo de interesses específicos na empresa, nem se encontram em qualquer circunstância suscetível de afetar a isenção de análise ou decisão.

5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

Apresenta-se seguidamente o resumo dos elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração.

Presidente Executivo – Carlos Manuel Martins

Nasceu a 19 de janeiro de 1956

Habilitações Académicas

- Doutorando em Políticas Públicas (ISCTE)
- Mestre em Planeamento Regional e Urbano, (UTL)
- Licenciatura em Engenharia Civil, ramo Edificações, (IPL)
- Licenciatura em Engenharia Civil, ramo Direção de Obras, (IPL)

- Pós-graduado em “Direito da Água”, (UL)
- Pós-graduado em “Direito dos Resíduos”, (UL)
- Diplomado em “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Água”, (Faculdade de Ciências Económicas Empresariais da Universidade Católica Portuguesa)
- Programa “Corporate Governance para Alta Direção do Grupo AdP” (IPCG)
- Programa “Finanças, Controlo de Gestão e Sustentabilidade”, (ISEG – Executive Education)

Atividade profissional

- Membro da Ordem dos Engenheiros com nível de qualificação sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária
- Professor Especialista em Engenharia Sanitária pelo Instituto Politécnico de Lisboa e Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1991 – 2020)
- Assessor e Diretor da Área de Desenvolvimento de Negócio no grupo AdP (2019 – 2023)
- Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Alto Minho (2019 - 2020)
- Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Algarve (2015)
- Gestor da UNAPD, do grupo Águas de Portugal (AdP), SGPS, entre 2012 e 2015, sendo Presidente do Conselho de Administração das empresas: SIMTEJO, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Oeste e SANEST.
- Administrador da Empresa Geral de Fomento (EGF), SA do grupo AdP (2009-2012), sendo Administrador da VALORSUL. Presidente do Conselho de Administração da Amarsul, SA, Presidente do Conselho de Administração do ACE EGF-Dourogás, Administrador da AQUASIS e da AdP Serviços Ambientais.
- Presidente da Comissão Executiva da Simtejo, SA (2007 - 2009)
- Administrador dos Serviços Municipalizados de Loures (2002 - 2007)
- Vice-Presidente do Instituto dos Resíduos, do Ministério do Ambiente (1998 - 2002)
- Técnico e dirigente nos Serviços Municipalizados de Loures (1978 - 1998), com lugar de carreira de Engenheiro Civil Especialista Assessor Principal.
- Presidente da Associação Portuguesa das entidades gestoras de Distribuição e Drenagem de Água (APDA) (2003 - 2009)
- Presidente da European Union National Association of Water Suppliers and Waste Water Services (EurEau) em 2005/2006, em Bruxelas e membro do bord (2003 - 2009)
- Secretário de Estado do Ambiente, entre 26 de novembro de 2015 e 11 de abril de 2019
- Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde abril de 2023.
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde abril de 2023.

Vice-presidente Executivo - Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Nasceu a 14 de setembro de 1963

Habilitações Académicas

- Pós-Graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, pela Universidade Católica Portuguesa.
- Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Parte letiva do curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Licenciatura em Direito – Menção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional como jurista em 1986 no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. IP.
- Em 1991 foi Assessora do Gabinete do Ministro do Ambiente, Professor Doutor Carlos Borrego.
- Em 1993 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente e Recursos Naturais, Dra. Teresa P. Gouveia.
- Em 1995 foi Adjunta do Gabinete da Ministra do Ambiente, Professora Doutora Elisa Ferreira.
- De 1999 a 2001 foi Consultora da Direção do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- Em 2001 foi Diretora do Departamento Jurídico do Instituto Regulador de Águas e Resíduos.
- De junho de 2001 a abril de 2002 foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Professor Doutor Eduardo de Oliveira Fernandes.
- De abril de 2002 a janeiro de 2003 foi Chefe de Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, Dra. Dulce Franco.
- De janeiro de 2003 a setembro 2007 foi Vice-Presidente do Instituto da Água (INAG).
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, em representação do Instituto da Água.
- Membro da Comissão da Reserva Ecológica Nacional em representação do Instituto da Água.
- Em setembro de 2007 exerceu as Funções de direção jurídica no grupo AdP – Águas de Portugal.
- Em 2010, foi nomeada administradora executiva da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- De 30 de junho de 2015 a 23 de junho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA.
- De 30 de junho de 2015 a 28 de julho de 2020 foi Vogal do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A. desde junho de 2020.

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. desde julho de 2020.

Vogal Executivo – Telma Susana Rodrigues Correia

Nasceu a 23 de junho de 1974

Habilitações Académicas

- Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
- Complementou a sua formação com diversos cursos:
 - Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais
 - Curso de Liderança para Alta Direção (Universidade Católica Portuguesa/ /FCEE)
 - Curso de Gestão Pública na Administração Local
 - CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública

Atividade Profissional

- Em 1995 ingressou na Câmara Municipal da Amadora, onde desempenhou as seguintes funções:
 - B. De 1995 a 2000, membro de gabinete de apoio pessoal da vereação e presidência;
 - C. De 2000 a 2006, como Adjunta do Presidente da Câmara Municipal da Amadora;
 - D. De 2006 a 2011 foi Chefe de Divisão de Recuperação do Parque Habitacional Provado;
 - E. De 2011 a 2018, como Diretora do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana.
- Entre 2018 e junho de 2020 exerceu funções como Subdiretora-geral das Autarquias Locais, destacando-se a conceção/implementação de ações estruturantes no domínio do planeamento urbanístico e do ordenamento do território, a conceção e implementação de documentos estratégicos de escala local e metropolitana, e o trabalho desenvolvido no quadro do processo de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Nesse período foi Representante da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública em Comissões constituídas para a concretização da transferência de competências para os Municípios no domínio das Áreas Portuárias, e colaboradora do grupo de trabalho para a construção e prossecução de uma Estratégia de Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública.
- Desde junho de 2020 é Vogal Executiva do Conselho de Administração da EPAL, S.A.
- Desde julho de 2020 é Vogal Executiva do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A.

Vogal Executivo - Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Nasceu a 6 de agosto de 1968

Habilitações Académicas

- MBA da AESE/IESE da Universidade de Navarra e Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.
- Em simultâneo completou a sua formação com diversas pós-graduações:
 - Indian Economy and Management Practices no Indian Institute of Management, Ahmedabad;
 - Marketing and Strategy Program na Michigan University;
 - International Immersion Program no IESE/Madrid;
 - "Programa Executivo de Elevada Performance" na Nova SBE;
 - "Programa Avançado de Sustentabilidade Empresarial" e o "The 6 days MBA" no INDEG/ISCTE;
 - "Programa Avançado de Gestão para Executivos" na Católica Lisbon School;
 - "Programa de Desenvolvimento em Liderança" na Católica Lisbon School;
 - "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas" na Católica Lisbon;
 - "Avaliação Imobiliária" na Escola Superior de Atividades Imobiliárias.

Atividade Profissional

- Iniciou a sua atividade profissional, em 1995, no Grupo Luís Simões na área do planeamento e controle de gestão.
- Em 1997, passou a integrar os quadros do Instituto Nacional de Habitação, atual IHRU, onde foi diretor do Departamento de Estudos Económicos, Planeamento e Controle de Gestão.
- Administrador Executivo dos SMAS de Oeiras e Amadora, de setembro de 2004 a março de 2013.
- Assessor do Presidente da CM da Amadora com a supervisão e controlo financeiro das empresas participadas pelo município: SIMTEJO, SA, SANEST, SA e VALORSUL, SA.
- Assessor do Presidente do Conselho de Administração dos SMAS de Oeiras e Amadora na preparação e conclusão do processo de transformação dos SMAS numa entidade intermunicipal (SIMAS).
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro de Ciência Viva da Amadora;
- Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Marques de Pombal.
- Administrador Executivo da SANEST, SA, de abril de 2014 a junho de 2015.
- Vogal do Conselho de Administração da VALORSUL, SA, entre julho de 2010 e março de 2016.
- Diretor Municipal de Higiene Urbana do Município de Lisboa, de junho de 2015 a junho de 2016.
- Vogal do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, SA, desde junho de 2016.

- Vogal do Conselho de Administração da EPAL, SA, desde junho de 2016.

Vogal não executivo – Joaquim Bernardo dos Santos Diogo

- Sem Informação disponível

Vogal não executivo – Jorge Manuel Alves de Faria

Nasceu a 11 de janeiro de 1957

Habilitações Académicas

- Doutoramento em Gestão de Empresas - Universidade de Évora – 2006
- Mestrado em Sistemas Sócio Organizacionais da Atividade Económica – ISEG/UTL – 1995
- Licenciatura em Economia – ISE – Universidade Técnica de Lisboa – 1982

Atividade Profissional

Atividade atual:

- Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento desde outubro 2013;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Museu Nacional Ferroviário, desde outubro 2013;
- Membro do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo S.A., – não executivo, desde julho de 2015.
- Membro do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – desde out 2013.

Atividade profissional no âmbito académico:

- Professor do Ensino Superior desde outubro de 1991. Atualmente, Professor Coordenador, ESGTS, Instituto Politécnico de Santarém. Professor Associado Convidado, Departamento Gestão da Universidade de Évora;
- Presidente/Diretor da ESGTS do IPS, julho 2006 a abril 2011;
- Membro da Comissão Permanente do Instituto Politécnico Santarém, julho 2006 a maio 2009;
- Gestor do Centro de Informação Europe Direct de Santarém, julho 2006 a dezembro 2011;
- Integra ou integrou outros órgãos de gestão da ESGTS e do IPS;
- Coordenador ou membro da comissão de cursos de Mestrado, Pós-graduação e Licenciatura;
- Membro da Direção da Rede Ibérica de Formação para o Terceiro Setor;
- Membro do comité científico da Revista Municipalismo. Revista Científica da ATAM;

- Publicações: 2 teses, 2 livros, 1 capítulo de livro e cerca de 39 artigos ou outras publicações;
- Cerca de 44 comunicações apresentadas em eventos internacionais e nacionais.

Atividade profissional não académica:

- Presidente do CA da RSTJ – Gestão e Tratamento de resíduos EIM SA – de março 2019 a junho 2020
- Sócio-gerente do Centro de Línguas do Entroncamento Lda., desde abril de 2011 – Quota 50%;
- Sócio-gerente da empresa JFS Consultores em Gestão Lda., Entroncamento, desde 1992 – Quota 90%;
- Diretor de Pessoal - Renova SA. (1989-1992);
- Chefe de Divisão Recursos e Aprovisionamentos – Portugal Telecom – Santarém (1987-1989);
- Chefe de Divisão de Pessoal – Rodoviária Nacional – Torres Novas (1985-1987);
- Técnico de Planeamento e Controlo de Gestão – RN – Lisboa (1979-1985);
- Professor do ensino secundário em 1986/87, em acumulação, 1978/79, 1977/78 e 1975.

Outras atividades

- Presidente Conselho Fiscal SCME Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, desde abril 2017
- Presidente Conselho Fiscal da AHBVE Bombeiros Voluntários do Entroncamento (de fev. 2012 a jan. 2021);
- Membro do Conselho Nacional para a Economia Social – de fevereiro 2014 a outubro 2017
- Membro Conselho Fiscal do CEEPS Centro de Estudos de Economia Pública e Social - CIRIEC Portugal (de out. 2011 a out 2013);
- Membro eleito da Assembleia de Freguesia de N^a Sra. De Fátima, Entroncamento (de out. 2009 a out 2013);
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Vogal não executivo – Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho

- Sem Informação disponível

6. Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).

Os membros do órgão de administração da sociedade, atualmente em exercício de funções, não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem quaisquer relações societárias com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse. No que respeita à comunicação de inexistência de conflitos, os membros do órgão de administração, deram cumprimento ao disposto no Estatuto de Gestor Público, no que respeita a esta matéria, ao disposto do artigo 52.º do RJSPE, e ainda à Recomendação do CPC de 7 de novembro de 2012. Foram colocados na plataforma do SISEE os comprovativos de entrega das declarações dos membros do órgão de administração executivos referidas junto da Inspeção Geral de Finanças, bem como junto do Conselho Fiscal.

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

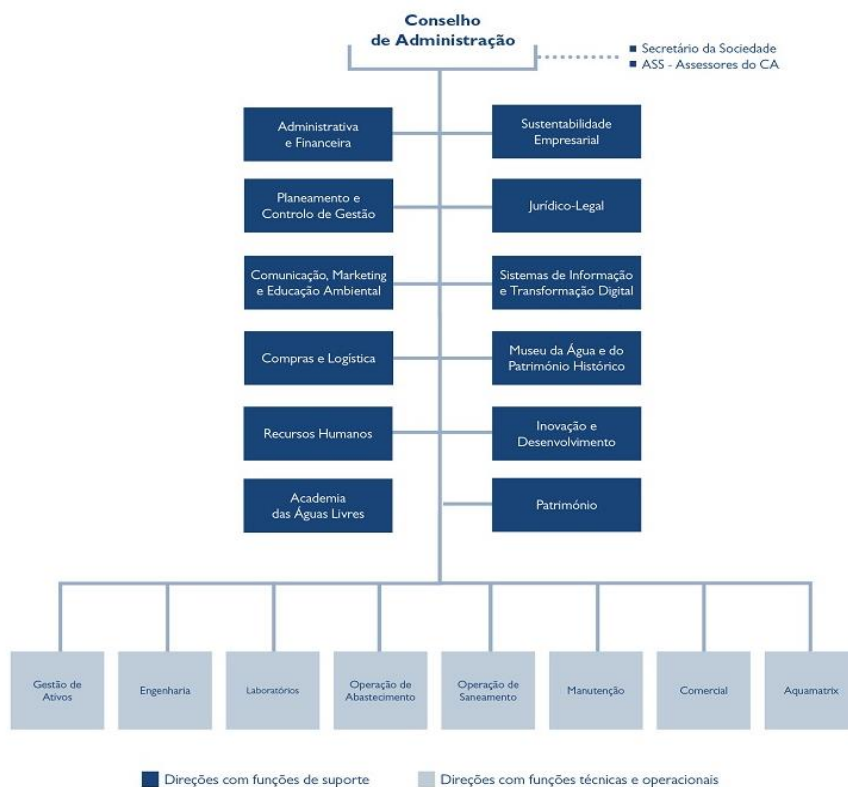
Foram identificadas relações profissionais do Presidente do Conselho de Administração, Carlos Manuel Martins, e da Vice-Presidente Executiva do Conselho de Administração, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, com o acionista Águas de Portugal, a cujos quadros de pessoal pertencem. Os vogais não executivos mantêm relações comerciais com a sociedade, relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais às Câmaras Municipais de que são presidentes e/ou representantes.

Para além das identificadas, a sociedade desconhece a existência de outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que criou a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. atribuiu à EPAL a gestão delegada do Sistema, tendo o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, mantido essa atribuição.

A estrutura organizativa da EPAL que assegura a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento do Vale do Tejo é a seguinte:



Obs: A Direção de Património e a Direção de Inovação e Desenvolvimento foram extintas no ano de 2024

A Águas do Vale do Tejo adotou a delegação de competências da EPAL, nomeadamente através da Ordem de Serviço n.º 6 (Edição n.º 7), aprovada em sede Conselho de Administração de 21 de setembro de 2016, com sucessivas revisões, sendo a atual a revista em 19 de abril de 2023 (edição n.º 12).

A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, aplicando-se a todos os responsáveis hierárquicos.

Como princípios gerais encontra-se estabelecido que os responsáveis pela apresentação e aprovação de propostas de aquisição de bens e serviços de que resultem encargos para a Empresa têm a responsabilidade de verificar a existência de suporte orçamental adequado, sendo que a ausência desse suporte implica obrigatoriamente a intervenção do Conselho de Administração.

Encontra-se expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados na Ordem de Serviço em apreço.

Nas situações de exercício de competências delegadas por decisão conjunta que envolvam membro do Conselho de Administração, quando por força de circunstâncias, recaiam num único Administrador as duas valências consideradas, deverá obrigatoriamente ser chamado a intervir um outro Administrador.

Encontra-se ainda exposto que todas as matérias ou assuntos omissos são da competência do Conselho de Administração.

A delegação de competências, ao nível dos limites materiais, encontra-se estabelecida da seguinte forma, no que à aquisição de bens, serviços e investimentos respeita:

- Aquisição de bens móveis, materiais e serviços:
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 2.000 euros – Responsáveis de Área
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento
 - Até 10.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 25.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 25.000 euros – Conselho de Administração
- Empreitadas constantes no Plano de Atividade de Investimento
 - Aprovação de procedimentos, designação de júris, tomada de decisão de contratar e adjudicação:
 - Até 5.000 euros – Coordenadores de Departamento e Responsáveis de Área de Direções específicas
 - Até 25.000 euros – Diretores e Coordenadores Regionais
 - Até 150.000 euros – Administrador do Pelouro
 - Acima de 150.000 euros – Conselho de Administração

9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

g) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas

Nos termos do artigo 24.º dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo presidente ou por dois administradores, reunindo pelo menos uma vez trimestralmente. Os membros do conselho de administração são convocados por escrito com a antecedência mínima de cinco dias, salvo se a totalidade dos administradores estiver presente ou representada ou se tratar de reuniões com periodicidade fixa, do conhecimento de todos os administradores, caso em que é dispensada a convocatória.

Em 2023 realizaram-se 11 (onze) reuniões do Conselho de Administração.

Apresentam-se em seguida os quadros repartidos por período, tendo em conta a composição do CA, designadamente a alteração ocorrida em 17 de abril de 2023, com a nomeação dos novos Órgãos Sociais.

De 1 de janeiro a 17 de abril de 2023:

	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
José Manuel Leitão Sardinha	0	n.a.	4/4
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0	n.a.	4/4
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0	n.a.	4/4
Telma Susana Rodrigues Correia	0	n.a.	4/4
Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho	0	n.a.	4/4
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	3	n.a.	1/4
Jorge Manuel Alves de Faria	2	n.a.	2/4

De 17 de abril a 31 de dezembro de 2023:

	Nº Reuniões CA nas quais esteve ausente	Justificada (Sim/Não)	Grau de assiduidade CA
Carlos Manuel Martins	0	n.a.	7/7
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0	n.a.	7/7
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0	n.a.	7/7
Telma Susana Rodrigues Correia	0	n.a.	7/7
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	2	n.a.	5/7
Jorge Manuel Alves de Faria	4	n.a.	3/7
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	2	n.a.	5/7

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Carlos Manuel Martins	EPAL	Presidente do Conselho de Administração	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	EPAL	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Público
Telma Susana Rodrigues Correia	EPAL	Vogal do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	EPAL	Vogal do Conselho de Administração	Público
Joaquim Bernardo dos Santos Diogo	Câmara Municipal do Crato	Presidente	Público
	CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Membro	Público
	Águas do Alto Alentejo, EIM, SA	Representante do Município do Crato	Público
Jorge Manuel Alves de Faria	Câmara Municipal do Entroncamento	Presidente	Público
	Fundação Museu Nacional Ferroviário	Membro do Conselho de Administração	Público
	CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Membro do Conselho Intermunicipal	Público
	Santa Casa Misericórdia do Entroncamento	Presidente Conselho Fiscal	Público
Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho	Câmara Municipal do Portalegre	Presidente	Público

c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

O Administrador com funções executivas é avaliado, anualmente, pelos acionistas, em sede de Assembleia Geral, com base nos critérios pré-determinados pelos indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público.

Para o mandato 2023-2025 a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos no contrato de gestão individual de cada administrador é feita de acordo com o estabelecido no anexo à minuta do contrato de gestão, e de forma consistente com o estabelecido no Estatuto do Gestor Público (EGP).

As avaliações dos graus de cumprimento individual, para cada objetivo, e global são efetuadas pelos órgãos de fiscalização da Empresa, sendo posteriormente comunicado à UTAM.

No ponto 2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida do capítulo II – Missão, Objetivos e Políticas, são indicados os objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, bem como o grau de cumprimento dos mesmos, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Anualmente é, ainda, emitido, pelos administradores não executivos, um relatório de desempenho dos administradores executivos, publicado no Relatório e Contas do exercício.

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não aplicável, visto a Empresa não dispor de qualquer Comissão existente no órgão de administração ou supervisão.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras

Nos termos dos estatutos da AdVT, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não sejam membros daquele órgão.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

O Revisor Oficial de Contas, ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

2.. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização

Conforme referido no ponto anterior, o órgão de fiscalização da sociedade é composto pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Indica-se em seguida os elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do atual Conselho Fiscal em funções:

Presidente: Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Nasceu a 15 de fevereiro de 1969

Habilitações Académicas:

- Doutora em Gestão de Empresas (especialização em Contabilidade) pelo ISCTE (1996-2000)
- Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE (1994-1996);
- Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (1987-1992)
- Revisor Oficial de Contas, inscrita em março de 2006, na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o número 1227, e na CMVM sob o número 20160838

Atividade Profissional:

- Vice-Presidente do ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (de 2018 até 2022)
- Professora Catedrática do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (desde 2019)
- Professora Associada (de 2012 a 2014) e Professora Associada com Agregação do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (de 2014 até 2019)
- Professora do ISCTE – IUL (de 1992 até 2012)
- Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística (de 2013 a 2019)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (de 2009 a 2017)
- Representante de Portugal no Accounting Regulatory Committee e no Accounting Directive Committee (2016 e 2017)
- Presidente do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, SA (desde 2019)
- Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta (desde 2019)
- Administradora executiva do IDEFE, ISEG Executive Education (desde 2023).

Vogal Efetivo - Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva

Nasceu a 28 de março de 1981

Habilitações Académicas:

- Pós-graduação em Mercados Financeiros pela Universidade de Lisboa (2013/2014)
- Pós-graduação em Direito Comercial e Valores Mobiliários pela Universidade Católica de Lisboa (2007/2008)
- Licenciatura em Direito pela Universidade Nova de Lisboa (2000/2005)

Atividade Profissional:

- Jurista na Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA (desde 2008)
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Águas do Alto Minho, S.A. (desde 2023)
- Vogal Efetiva do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, S.A. (desde 2018)
- Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. (desde 2017)
- Jurista na empresa LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (2006-2008)
- Advogada na sociedade Coelho Ribeiro & Associados – Sociedade Civil de Advogados (2005-2006)

Vogal Efetivo – António Manuel Pina da Fonseca

Nasceu em 12 de março de 1962

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP)

Atividade Profissional:

- Presidente do Município de Fornos de Algodres, desde 2013
- Coordenador da Secção Processo Executivo do IGFSS, desde 2004 a 2013
- Diretor da Delegação do IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social), desde 2001 a 2004
- Delegado Distrital do Programa Operacional do Emprego e Desenvolvimento Social, desde 2000 a 2001
- Delegado Distrital do Subprograma Integrar, de 1998 a 2000
- Professor do ensino Secundário, de 1988 a 1998

Vogal Suplente – Eduardo Manuel Silva Lima

Nasceu em 8 de outubro de 1966

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito na Universidade Lusíada de Lisboa
- Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna
- Mestrado (frequência) em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna

Atividade Profissional:

- Assessor Jurídico da Parública – Participações Públicas, SGPS, SA (desde 2015)
- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da FUNDIESTAMO, SGOIC, S.A. (desde 2017)
- Diretor Jurídico da Sagestamo, SGPS, SA (2013)
- Liquidatário da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (desde 2017 a 2019)
- Presidente da Comissão Liquidatária da POLISCOVILHÃ – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis da Covilhã, S.A (em 2016)
- Assessor Jurídico da Sagestamo, SGPS, SA (desde 2011 a 2013)
- Chefe de Gabinete Governamental XVIII Governo Constitucional (2010) - Coordenação do Gabinete e assegurar a ligação com os serviços dependentes do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
- Chefe de Gabinete Governamental XVII Governo Constitucional (2005) – Tesouraria do Estado

No que se refere ao Revisor Oficial de Contas:

ROC Efetivo– José Alves Bizarro Duarte

Nasceu em 15 de janeiro de 1985

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Pós-graduação em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- Especialização em Controlo de Gestão pelo INDEG/ISCTE

Atividade Profissional:

- Partner de Assurance da PwC

3. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

A empresa não dispõe de auditor externo, pelo que este ponto não é aplicável.

4. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não têm funções adicionais.

A empresa não dispõe de Comissão para as Matérias Financeiras, pelo que este ponto não é aplicável.

5. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.

Nos termos previstos nos estatutos, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.

Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

6. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Em Assembleia Geral de acionistas de 16 de novembro de 2023, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal para o órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2023-2025.

Até essa data o Conselho Fiscal nomeado em sede de Assembleia Geral de acionistas de 3 de abril de 2019, tinha a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	AG	3 abril 2019
2019-2021	Vogal Efetivo	Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	AG	3 abril 2019
2019-2021	Vogal Efetivo	Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho	AG	3 abril 2019
2019-2021	Vogal suplente	Eduardo Manuel Silva Lima	AG	3 abril 2019

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Após o dia 16 de novembro de 2023, o Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2023-2025	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal Efetivo	Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal Efetivo	António Manuel Pina Fonseca	AG	16 novembro 2023
2023-2025	Vogal suplente	Eduardo Manuel Silva Lima	AG	16 novembro 2023

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Os membros do Conselho Fiscal estão nomeados para o seguinte mandato na sociedade:

- Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais – terceiro mandato
- Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva – terceiro mandato
- António Manuel Pina Fonseca– primeiro mandato
- Eduardo Manuel Silva Lima– terceiro mandato

7. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal são considerados independentes, visto não estarem associados a qualquer grupo de interesse específico na Sociedade, nem são titulares ou atuam por nome ou conta de titulares de participação na empresa.

8. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

O Conselho Fiscal tem o dever de:

- a) Assistir às assembleias gerais e às reuniões da administração para que o presidente da mesma os convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
- b) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- c) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções;
- d) Dar conhecimento à administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
- e) Informar, na primeira assembleia que se realize, de todas as irregularidades e inexactidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções;
- f) Registrar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

O Conselho Fiscal realizou as seguintes reuniões durante o ano de 2023:

Mandato terminado em 16 de novembro de 2023:

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
6	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal e Vogais do Conselho Fiscal	Não se verificaram ausências
2	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal; Revisor Oficial de Contas; Responsável Financeiro da Águas do Vale do Tejo	Ausência justificada da Vogal do Conselho Fiscal Esmeraldo Carvalhinho
1	Sede da EPAL	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal; Revisor Oficial de Contas; Responsável Financeiro da Águas do Vale do Tejo	Ausência justificada da Vogal do Conselho Fiscal Cláudia Silva Esmeraldo Carvalhinho

Mandato iniciado em 16 de novembro de 2023:

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
1	Meios Telemáticos	Presidente do Conselho Fiscal; Vogais do Conselho Fiscal	Não se verificaram ausências

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

Presidente do Conselho Fiscal - Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Exerce em empresas do Grupo Águas de Portugal o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da EPAL, SA. Fora do Grupo Águas de Portugal, exerce o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria e vogal do Conselho de Administração e do Comité de Nomeações do Banco Santander Totta, e ainda o cargo de Administradora Executiva do IDEFE – ISEG Executive Education.

Vogal do Conselho Fiscal - Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva

Fora do Grupo Águas de Portugal exerce o cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.

Vogal do Conselho Fiscal – António Manuel Pina da Fonseca

Fora do Grupo Águas de Portugal exerce o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, Vice-Presidente da ADRUSE e Vice-Presidente da CIMBSE (Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela).

Vogal Suplente do Conselho Fiscal - Eduardo Manuel Silva Lima

Fora do Grupo Águas de Portugal exerce o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral da FUNDIESTAMO, SGOIC, SA.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 3 de abril de 2019 para o mandato 2019-2021:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda,	183	20161485	AG	3 abril 2019	Sim	5	5.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	24 março 2021	Sim	4	4.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	3 abril 2019	Sim	5	5.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Da Assembleia Geral de 17 de abril de 2023 constava um ponto sobre a eleição do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2023-2025, ponto esse que acabou por ser adiado da ordem de trabalhos por não se encontrarem reunidas as condições para a sua discussão e aprovação.

Assim, e nos termos dos estatutos da sociedade, continua o Revisor Oficial de Contas a exercer o respetivo mandato até que novo Revisor Oficial de Contas eleito inicie o exercício do respetivo cargo.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.

De acordo com o artigo 29.º dos estatutos, os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais. Os membros dos corpos sociais exercem o respetivo mandato até que os novos membros eleitos iniciem o exercício dos respetivos cargos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia e ao impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.

Nos termos da legislação em vigor, que aprova o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de dez anos, a contar da sua primeira designação.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:

Por proposta do Conselho Fiscal da Águas do Vale do Tejo, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em 3 de abril de 2019, para assumir essas funções, tendo sido deliberado que fosse atribuída uma remuneração a acordar entre as partes, a qual não pode em caso algum exceder o valor correspondente a 35% da remuneração ilíquida do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do despacho SET n.º 155/2018, de 28 de março.

O valor acordado a atribuir no exercício de 2023 resultou uma remuneração anual de 11.680 euros, inferior assim ao limite estabelecido.

Nome	Remuneração Anual 2023 (€) Bruta
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.	11.680
	11.680

Informa-se, ainda, que este foi o quinto ano em exercício efetivo da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, nas funções de Revisor Oficial de Contas, apresentando-se o quadro seguinte com a informação aplicável:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda	183	20161485	AG	3 de abril de 2019	Sim	5	5.º ano de exercício
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	24 de março de 2021	Sim	4	4.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	3 de abril de 2019	Sim	5	5.º ano de exercício

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., não prestou qualquer outro serviço à sociedade.

A PricewaterhouseCoopers Tax Services, Lda., prestou ainda os seguintes serviços à sociedade durante o ano de 2023:

- Revisão da declaração periódica de rendimentos Modelo 22 – 5.000 EUR

Serviços prestados SROC

Valor dos serviços de revisão de contas	11.680	70%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	5.000	30%
Total	16.680	100%

F. Conselho Consultivo

1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A Águas do Vale do Tejo, SA, não dispôs em 2023 de Conselho Consultivo.

G. Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

A Águas do Vale do Tejo, SA, não dispôs em 2023 de Auditor Externo.

2. Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor em 2023 de Auditor Externo.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor em 2023 de Auditor Externo.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentado segundo o formato seguinte:

Não aplicável, visto a Águas do Vale do Tejo, SA, não dispor em 2023 de Auditor Externo.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.

É da competência da Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º dos estatutos da sociedade.

A alteração dos estatutos da sociedade, quer por modificação, quer por supressão de algum dos seus artigos só é válida quando aprovada por acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a mais de metade do capital social, quer a assembleia reúna em primeira ou segunda convocação, e qualquer que seja o número de acionistas presente ou representado em qualquer delas.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que cria a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., atribui à EPAL, S.A. a gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, tendo o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, mantido essa gestão.

Uma vez que a estrutura organizativa que assegura a gestão delegada do Sistema é a da EPAL, a Águas do Vale do Tejo adotou as ferramentas de prevenção, implementação e controlo, de que a EPAL dispõe. Desta forma a Águas do Vale do Tejo passou a dispor de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Código de Ética e Conduta, o Sistema de Responsabilidade Empresarial e os Planos de Gestão de Risco.

A atuação da Águas do Vale do Tejo, enquanto empresa que presta um serviço público, tem-se pautado por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão.

O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso da empresa, dos órgãos sociais e dos trabalhadores e das trabalhadoras em prosseguir a missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, este código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas

relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, podendo fazer chegar contributos à Comissão de Ética do grupo AdP, através do endereço de correio eletrónico etica.adp@adp.pt. O acesso ao referido órgão também pode ser feito através dos sites na internet, da AdVT e da AdP, respetivamente nos links: <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/> e Linha de integridade: <https://www.adp.pt/pt/governo-societario/etica-e-conduta/?id=245>.

Este código referencia, ainda, a existência de uma Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, com o objetivo de zelar pela aplicação do Código de Ética e Conduta, proporcionando, para além de apoio e orientação às trabalhadoras e aos trabalhadores, assegurar o seguimento de eventuais questões éticas ou irregularidades que lhe sejam comunicadas por trabalhadores/as e/ou partes interessadas externas, bem como, acompanhar, com isenção e independência, as atividades desenvolvidas pelos órgãos sociais de cada Sociedade, a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e Conduta em todas as empresas do Grupo. A Comissão é constituída por 5 (cinco) membros e pode ser contactada através do correio eletrónico etica.adp@adp.pt.

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Vale do Tejo, o qual se encontra publicado no sítio da empresa, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/> são descritos como meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, os já referidos no âmbito do Código de Ética e Conduta.

A EPAL adotou em 7 de maio de 2018 o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), tendo aprovado em reunião de Conselho de Administração de 22 de novembro de 2023 uma segunda revisão das suas políticas de proteção de dados pessoais, tendo a Águas do Vale do Tejo adotado as mesmas, encontrando-se publicitadas para consulta no sítio da empresa no seguinte endereço - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/protecao-de-dados-pessoais/>

A adoção e o cumprimento do RGPD manifestam o empenho da empresa e dos seus órgãos sociais no cumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, da segurança e da privacidade da informação, de modo a proteger os dados pessoais e a privacidades dos seus titulares.

A empresa é responsável pelo tratamento dos dados pessoais, tendo sistematizado as finalidades e os meios de tratamento dos mesmos. Por conseguinte, os exercícios de direitos por parte dos titulares de dados pessoais devem ser endereçados para o Encarregado da Proteção de Dados, relativamente a

assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, através do correio eletrónico epd.epal@adp.pt, ou por escrito, para Encarregado de Proteção de Dados da EPAL, Avenida da Liberdade, n.º 24, 1250-144 Lisboa.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), a AdVT aprovou em 2022 a segunda edição do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

O Conselho de Administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A. aprovou, em 14 de dezembro de 2021, a Política de Integridade do Grupo AdP, a observar pelas empresas, assim como a Carta de Compromisso subscrita por todas as empresas do Grupo em 17 de dezembro de 2021.

Na sequência da emissão da Política de Integridade do Grupo AdP, onde consta a minuta do PPRCIC, o Conselho de Administração da AdVT aprovou, em 14 de fevereiro de 2024 uma nova revisão do conteúdo do documento anteriormente em vigor.

A versão atualizada do Plano foi enviada ao MENAC, à Secretaria de Estado do Ambiente, à Secretaria de Estado do Tesouro, à IGF e ao IGAMAOT, conforme previsto no n.º 7 do Artigo 6.º do RGPC.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, e com o objetivo de monitorizar a sua execução, procedeu-se à sua avaliação através do questionário sobre o cumprimento do PPRCIC, relativo ao período 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, tendo sido elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, o qual foi remetido ao MENAC e publicitado no sítio de internet da empresa em:

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

No decurso de 2023 foi identificada uma situação de eventual não conformidade, a qual se encontra em análise externa, pelo Ministério Público, através dos órgãos competentes para o efeito, e que uma vez concluídos motivarão a sua correção e atuação na medida do definido como necessário.

Assim, resultante de uma análise interna ao relatório de 2023, que visou aferir o grau de cumprimento e adesão do plano à atividade da empresa, a par da identificação de situações efetivas ou potenciadoras de atos de corrupção e infrações conexas, considera-se que o PPRCIC foi globalmente cumprido.

Por forma a dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 13º do RGPC, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pela administração e pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

Face às recomendações do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, a entrada em vigor no início de 2018 da nova redação do Código dos Contratos Públicos (CCP), e das orientações da AdP, SGPS, SA, passaram a ser subscritas declarações de inexistência de conflito de interesses, antes do início de funções, pelos membros do júri e todos os demais intervenientes em cada processo de análise/avaliação de propostas, designadamente peritos e pelo Gestor do Contrato.

B. Controlo interno e prevenção de riscos

1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013

A Águas do Vale do Tejo e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Vale do Tejo se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2023 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019, e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na empresa e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores e trabalhadoras têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação de Risco

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para a concretização dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser cumpridas. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhoria.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios, dentro de cada componente, estão presentes e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 a AdVT concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, que contemplou a elaboração de:

- fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e
- Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A empresa procedeu ainda à atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, que permitirá aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do modelo do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave decorrentes das auditorias a realizar anualmente possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Vale do Tejo sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional permitirão ao Conselho de Administração da AdVT um maior enfoque da sua monitorização e análise dos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as que se observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

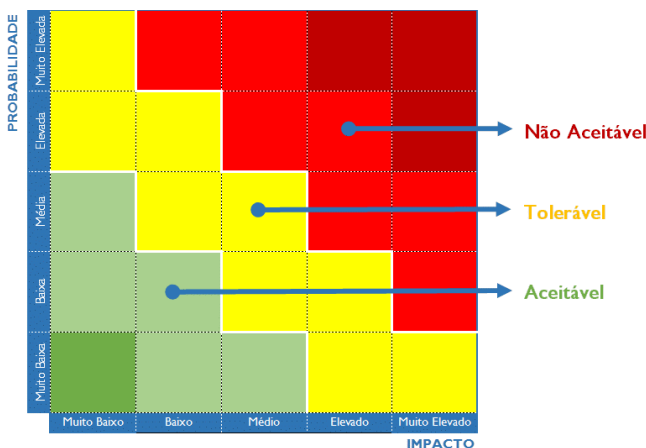
A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem, por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A Direção de Sustentabilidade Empresarial (DSE) é a Direção da Empresa que tem por missão a gestão do processo de identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, e a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdVT, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela AdVT e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua adesão à realidade das empresas do Grupo. Como complemento, apresentam-se no ponto 6 alguns dos principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023.

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção de Sustentabilidade Empresarial, a Direção Administrativa e Financeira, a Direção Jurídico-Legal, a Direção de Gestão de Ativos, a Direção de Planeamento e Controlo de Gestão e a Direção de Comunicação, Marketing e Educação Ambiental, em áreas como a Legal, Operacional/Infraestrutura, Financeira e Reputacional.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

No contexto atual, atendendo que a EPAL é que detém a gestão delegada do sistema de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Águas do Vale do Tejo, os principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo está exposta na sua atividade, resultam da avaliação conjunta efetuada a ambas as Entidades.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua adesão à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdVT se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- R.2.1.1 -Contexto externo – Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.
- R.3.1.2 -Águas Residuais – Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais (e.g. in- cumprimento licenças de descarga)
- R.3.3.1 - Supply chain – Risco de interrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria-prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço.

Estes riscos descritos foram avaliados como “Elevado” (4º nível de uma escala de 5 níveis, de Muito Baixo a Muito Elevado), sendo considerados “Não Aceitáveis”.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Vale do Tejo, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela empresa e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, é garantida através dos controlos de IT implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, das auditorias externas semestrais efetuadas às demonstrações financeiras e o acompanhamento trimestral que é prestado pelos órgãos de fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

A EPAL enquanto responsável pela gestão delegada, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 94/2015, e nos termos do artigo 12.º do mesmo, assegura entre outras a elaboração da contabilidade da sociedade (alínea f), a gestão financeira do sistema e o controlo de gestão (alínea h) e a gestão de sistemas de informação (alínea k).

C. Regulamentos e Códigos

1. *Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.*

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que constituiu a empresa, atribuiu à EPAL, S.A. a gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento e de saneamento do Vale do Tejo, atribuição que o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, manteve.

Uma vez que a estrutura organizativa que assegura a gestão delegada do Sistema é a da EPAL, do conjunto de documentos normativos internos em vigor destacam-se os seguintes:

- Código de Ética e Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (revisto em 2023)
- Guia para fornecedores (revisto em 2023)
- Código de conduta para fornecedores
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais (revisto em 2023)
- Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da AdVT (novo)
- Política de Privacidade dos Recursos Humanos
- Política de Cookies do Website da AdVT (novo)
- Situação Geral de Emergência | Comunicação com Entidades Externas
- Manual de Controlo Interno da EPAL e AdVT
- Manual de Identidade Corporativa
- Manual do SRE – Sistema de Responsabilidade Empresarial
- Manual de Gestão de Eventos de Crise
- Manual do Voluntariado
- Código de Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho (novo)
- Boas Práticas no Âmbito da Prevenção de Riscos Psicossociais no Local de Trabalho
- Guia orientador para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens
- Política de Soluções Digitais e desenvolvimento seguro (novo)
- Política Interna de Proteção de Dados Pessoais (novo)
- Política Privacidade dos Recursos Humanos (novo)
- Política e Regulamento de Subsídios, Patrocínios e Donativos
- Política de Segurança da Informação
- Política de Soluções Digitais e desenvolvimento seguro
- Regulamento de Segurança e Utilização aceitável dos Sistemas de Informação
- Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização de Viaturas de Serviço

- Regulamento Interno de Acesso, Circulação e Estacionamento de Veículos em Recintos e Instalações da Empresa
- Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis e Acessórios de acesso remoto à internet
- Regulamento de Fardamentos
- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica EPAL
- Ordem de Serviço – Codificação dos Centros de Custo e Centros de Custos
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros (atualizado em 2023)
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências (atualizado em 2023)
- Comunicação de Serviço - Política de Segurança da Informação (novo)
- Comunicação de Serviço – Sistema de Comunicação de Assiduidade e Pontualidade
- Comunicação de Serviço – Fluxos Informação nos procedimentos de locação de bens e aquisição de bens e serviços
- Comunicação de serviço - Cedência de Computadores a Trabalhadores no Âmbito do Processo de Substituição de Equipamentos
- Plano de Contingência para a Pandemia COVID-19
- Plano para a Igualdade de Género 2023
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades do Grupo AdP (novo)
- Manual de Gestão do Risco Empresarial do Grupo AdP

Os documentos normativos acima referidos encontram-se disponíveis na intranet da EPAL, na área das Normas e Manuais e na área do Sistema de Responsabilidade Empresarial - SRE.

Os diplomas legais com incidência na atividade da Águas do Vale do Tejo, publicados em 2023, foram os seguintes:

- Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro, aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360
- Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais

- Portaria n.º 54/2023, de 24 de fevereiro, estabelece a atualização extraordinária de preço dos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual
- Lei n.º 10/2023, de 3 de março, completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores
- Portaria n.º 74-A/2023, de 7 de março, determina as categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos
- Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno
- Lei n.º 14/2023, de 6 de abril, revê o dever de informação previsto no regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor, alterando o Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho
- Lei n.º 19/2023, de 12 de maio, assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, alterando a Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto
- Lei n.º 20/2023, de 17 de maio, altera o regime de vários benefícios fiscais
- Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de junho, prorroga até 31 de dezembro de 2023 a vigência do regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do fator de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula
- Lei n.º 34/2023, de 19 de julho, autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro
- Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
- Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano
- Decreto-Lei n.º 72/2023, 23 de agosto, aprova o regime jurídico do cadastro predial e estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a carta cadastral
- Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, que aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas

- Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10 de outubro, que altera o regime da utilização dos recursos hídricos e o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
- Decreto Regulamentar n.º 3/2023, de 11 de outubro, que regulamenta o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio
- Decreto-Lei n.º 90/2023, de 11 de outubro, que altera o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio
- Regulamento Delegado (EU) 2023/2495 da Comissão de 15 de novembro de 2023 | JOUE de 16 de novembro de 2023, que altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos públicos de fornecimento, de serviços e de empreitada de obras públicas
- Regulamento Delegado (EU) 2023/2496, da Comissão de 15 de novembro | JOUE de 16 de novembro de 2023, que altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho – relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades adjudicantes que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais – no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção
- Portaria n.º 318-A/2023, de 25 de outubro, aprovou os novos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro
- Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, que procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro.
- Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2024.

2. Código de Ética:

a) Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores;

b) Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE).

A atuação da Águas do Vale do Tejo, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso da empresa e órgãos sociais em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambiental, social, económica e cultural.

Com a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo atribuída à EPAL, a empresa adotou o mesmo Código de Ética e Conduta da EPAL, versão de março de 2022, e que está disponível para consulta na intranet da empresa e no *sítio* da Águas do Vale do Tejo, sendo acedível através de uma hiperligação para o Código, que se encontra disponível para consulta em: <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

O código de conduta tem por objetivo definir o referencial ético, ser uma referência, formal e institucional, para as atitudes e condutas profissionais de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras, tornando-se um padrão de relacionamento interno e com as partes interessadas externas, da EPAL, S.A., cimentar, na empresa, a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura partilhada, promover relações de confiança entre a empresa e os seus parceiros, reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e responder ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organização supranacionais.

Para além disso, é entendimento da empresa que todos/as aqueles/as que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Para a Águas do Vale do Tejo é essencial promover uma boa relação e comunicação com os seus fornecedores e prestadores de serviços, incentivando-os à adoção de compromissos e de práticas sustentáveis, em toda a sua abrangência, bem como de padrões conscientes de qualidade, ética, conduta e transparência, idênticos aos, por si, preconizados e praticados.

Esta partilha da cultura e valores associados à transparência, qualidade e sustentabilidade, contribuem para o desenvolvimento sustentável da Águas do Vale do Tejo e dos/as seus/suas Fornecedores/as e Prestadores de Serviços, criando valor para ambas as partes, concretamente no que concerne à melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores e trabalhadoras e, por inerência, criando um impacto positivo na comunidade ao nível da saúde pública da população abrangida.

Na página da internet dedicada aos Fornecedores encontra-se disponível o documento “Guia para Fornecedores”, que define um conjunto de requisitos e de regras específicas, relacionadas com o ambiente, a energia, a segurança e saúde no trabalho, a qualidade e a gestão dos ativos, contribuindo para o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis e para o desenvolvimento sustentável de ambas as partes, de forma compatível com as disposições contratuais entre cada um dos fornecedores e a Águas do Vale do Tejo. “O Guia para Fornecedores” está disponível no site da empresa, no endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/fornecedores/>

Adicionalmente está igualmente publicado o Código de Conduta para Fornecedores, sendo que a aceitação e o cumprimento do disposto neste Código, constitui uma obrigação contratual, prevê que o Fornecedor proceda à sua divulgação entre os seus trabalhadores, trabalhadoras e subcontratados, quando aplicável, bem como assegure o seu cumprimento, nas ações quotidianas por parte das pessoas envolvidas.

O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no site da empresa no endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/fornecedores/>

Nas peças usadas em procedimentos de contratação, no campo “Obrigações Principais do Prestador Serviços” existe uma alínea que refere a obrigação de cumprir, e fazer cumprir, pelo seu pessoal e pelos/as seus/uas subcontratados/as as disposições constantes da Política de Gestão, na parte aplicável, do “Guia para Fornecedores” e das disposições constantes do contrato e do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais em vigor, disponíveis para consulta no sitio da empresa através do endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/protecao-de-dados-pessoais/>

No que concerne aos comportamentos éticos e deontológicos preconizados no Código de Ética e Conduta, são tratados equitativamente, os trabalhadores e as trabalhadoras da empresa, sem distinção em termos de níveis hierárquicos; os/as clientes, independentemente dos seus perfis de consumo; e os/as fornecedores/as, quaisquer que seja o seu vínculo contratual.

A divulgação do código de ética da EPAL, que a Águas do Vale do Tejo adotou, é feita através da sua página da internet, para todas as entidades externas, e a divulgação junto dos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa é efetuada ainda na intranet da EPAL, cujo acesso é livre para todos os colaboradores. O acesso no site da empresa é efetuado através do endereço <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

3. Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC: anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro)

a) Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC, vd. Artigo 6.º do RGPC);

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da AdVT, encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na AdVT em 2016, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

b) Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo (vd. alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC);

O grupo AdP, no qual se inclui a AdVT reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são “instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura sã de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público”, e contribuem para “o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido”. Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como Elevado ou Máximo no âmbito do PPRCIC em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

c) Referência à elaboração de relatório de avaliação anual (vd. alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC e n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro);

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados, mas não eficazes, e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>.

d) Referência à existência de um código de conduta, por parte das entidades abrangidas, nos termos e de acordo com o disposto no artigo 7.º do RGPC.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de

Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação da Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se ainda que em 6 de julho de 2020, a Águas do Vale do Tejo subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

A Águas do Vale do Tejo reforçou, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:

A plataforma utilizada é o site da empresa – www.advt.pt

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

Não foram prestadas quaisquer garantias financeiras nem assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

O grau de execução dos objetivos fixados, bem como a justificação de desvios e eventuais medidas corretivas são publicados anualmente nos Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário da entidade, os quais são disponibilizados no respetivo sítio da internet.

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

Os Planos de atividades e orçamento anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, são disponibilizados no sítio da Empresa (disponível em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/plano-de-atividades-e-orcamento/>) e na plataforma do SISEE.

d) Orçamento anual e plurianual;

O orçamento anual é disponibilizado no sítio da Empresa (disponível em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/plano-de-atividades-e-orcamento/>) e na plataforma do SISEE.

e) Documentos anuais de prestação de contas;

Os documentos anuais de prestação de contas são disponibilizados na plataforma do SISEE e no sítio da empresa - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorios-e-contas/>

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados do relatório do órgão de fiscalização são disponibilizados na plataforma do SISEE e no sítio da empresa - <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorio-trimestral-de-execucao-orcamental/>

E. Sítio na Internet

1. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 53.º do RJSPE).

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/identificacao-da-sociedade/>

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/orgaos-sociais/>

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/orgaos-sociais/politica-remuneratoria/>

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorios-e-contas/>

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Nos termos do número 7 do artigo n.º 59, do Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido que a Águas do Vale do Tejo deverá receber, anualmente, e até 31 de março do ano a que respeita, uma receita extraordinária sob a forma de apoio do Fundo Ambiental.

No âmbito do Programa do XXI Governo Constitucional e do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, o Estado decidiu cindir as empresas agregadas em 2015, bem como interromper a trajetória de aumento tarifário estabelecida então.

Esta decisão foi suportada num estudo de neutralidade das receitas das empresas cindidas, tendo o Estado decidido compensar a perda de receitas das entidades cindidas pela criação de corredores tarifários entre empresas – estendendo a aplicação da componente tarifária acrescida - e pela transferência de uma receita do Fundo Ambiental.

Neste sentido, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental a receber em cada ano, tem por objetivo compensar o volume de negócios que seria cobrado anualmente através da tarifa e que estava previsto na trajetória de aumento tarifário das empresas cindidas.

Durante o ano de 2023 recebeu como apoio financeiro a título de Fundo Ambiental o valor total de 12,6 milhões de euros, e cuja informação se encontra disponível em

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/apoios-financieiros-recebidos-do-estado/>

2.Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:

a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;

- Guia para fornecedores
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/512/339/
- Código de Conduta para Fornecedores
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/615/339/
- Política de Cookies do Website da AdVT
<https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/cookies/pol%C3%ADtica-de-cookies-advt.pdf?sfvrsn=2>
- Política Externa de Proteção de Dados Pessoais (novo)
https://www.advt.pt/index.php/download_file/view/595/339/

b) Código de Ética;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

d) Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;

Não aplicável

e) Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes/>

f) Código de Conduta;

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>

g) Relatório sobre remunerações por género

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/igualdade-de-genero/>

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/igualdade-de-g%C3%A9nero>

h) Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. artigo 45.º do RJSPE);

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financieira/relatorios-e-contas/>

<https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

3. Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS.

Não aplicável

4. No caso de entidades abrangidas, nos termos do artigo 2.º do RGPC, indicação das hiperligações para acesso direto aos elementos listados no n.º 1 do artigo 12.º do RGPC

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 6.º e 7.º e de outras disposições legais que garantam o direito à informação e a transparência administrativa, as entidades públicas abrangidas publicam na intranet e na sua página oficial na Internet, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Lei orgânica e outros diplomas habilitantes, órgãos de direção e fiscalização, estrutura orgânica e organograma;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>
- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/identificacao-da-sociedade/>
- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estrutura-organizativa/>

b) Documentos de enquadramento estratégico e operacional e elenco dos principais serviços prestados ao público na área de missão;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/atividade/>

c) Plano de atividades, orçamento e contas, relatório de atividades e balanço social;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/relatorios-e-contas/>
- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

d) Documentos de enquadramento legal ou que comportem interpretação do direito vigente relativos às áreas de missão;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/estatutos-da-sociedade/>

e) Informação básica sobre direitos e obrigações dos cidadãos e sobre os procedimentos a observar na relação destes com a Administração Pública;

- Não aplicável

f) Guias descritivos dos mais relevantes procedimentos administrativos relativos aos bens ou serviços prestados;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/fornecedores/>

g) Tabelas atualizadas dos preços dos bens ou serviços prestados;

- Não aplicável

h) Compromissos plurianuais e pagamentos e recebimentos em atraso;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/plano-de-atividades-e-orcamento/>

i) Relação dos benefícios e subvenções concedidos, com indicação do respetivo valor;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/informacao-financeira/subvencoes-publicas/>

j) Relação de doações, heranças, ofertas ou donativos recebidos, com indicação do respetivo valor;

- Não aplicável

k) Avisos sobre o recrutamento de dirigentes e trabalhadores, bem como os despachos de designação dos dirigentes;

- Não aplicável

l) Avisos sobre os procedimentos pré-contratuais mais relevantes;

- https://www.acingov.pt/acingovprod/2/zonaPublica/zona_publica_c/indexProcedimentosActivos/869

m) Contactos para interação com o cidadão e as empresas, incluindo formulário para reclamações e sugestões;

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/empresa/contactos/>
- <https://grupoadp.form.maistransparente.com/>

- <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/educacao-ambiental/marcacao-de-visitas/>

n) Informação sobre sistemas procedimentais ou de gestão acreditados pelo Instituto Português de Acreditação, I. P., se aplicável.

- Não aplicável

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Referência ao contrato celebrado com a empresa pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).

A concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de água e de saneamento do Vale do Tejo foi atribuída pelo Estado Português à Águas do Vale do Tejo, através de Contrato assinado em 30 de junho de 2015, concessão essa que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas no referido contrato.

2. Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vd. n.os 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE). A empresa deve apresentar declaração do seguinte:

a) que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;

b) que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e

c) que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do sector, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

A Águas do Vale do Tejo compromete-se a garantir, durante todo o prazo da concessão, o cumprimento dos objetivos relativos à adequação do interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira em vigor.

Estes objetivos são aprovados pelo Concedente após parecer do Conselho Consultivo e da Entidade Reguladora do Setor, sendo materializados em indicadores que incluam no mínimo os utilizados no sistema de avaliação da qualidade de serviço da Entidade Reguladora do Setor, sem prejuízo de outros indicadores que o Conselho Consultivo entenda relevantes (n.º 3 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão). A iniciativa de apresentação da proposta de definição de metas ao Conselho Consultivo para os primeiros cinco anos, cabe à Concessionária (n.º 4 da cláusula 7.ª). As metas para o primeiro quinquénio não podem ser menos

exigentes do que o valor resultante do indicador médio das concessionárias extintas relativo ao ano anterior à assinatura do contrato de concessão.

Do articulado do Contrato de Concessão resulta então que os indicadores referentes aos objetivos de serviço público devem incluir, no mínimo, os indicadores de qualidade de serviço da ERSAR, portanto os 16 indicadores para o serviço de abastecimento de água e os 16 para o serviço de saneamento de águas residuais, sendo que as metas a fixar para os mesmos devem ter por base os valores médios atingidos em 2014 pelas empresas agregadas.

No termos do n.º 4 da cláusula 7.ª do Contrato de Concessão, a Águas do Vale do Tejo dispunha de 6 meses a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão para propor os objetivos ao Conselho Consultivo. Assim o referido prazo terminaria no final de 2015, sendo certo que não existindo ainda Regulamento do Conselho Consultivo aprovado nos termos do artigo 24.º n.º 6 do Decreto-lei n.º 94/2015, não foi possível submeter a proposta.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da empresa

Os órgãos estatutariamente competentes para a determinação das remunerações dos órgãos sociais são a Assembleia Geral e a Comissão de Vencimentos.

Atendendo que a empresa não tem trabalhadores no seu quadro de pessoal, não se encontra definida a competência para a determinação da remuneração dos dirigentes da entidade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos
Remuneração dos dirigentes	Não aplicável

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

A aplicabilidade desta instrução restringe-se aos membros dos Órgãos Sociais, uma vez que, no âmbito da gestão delegada à EPAL, e nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, que o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com exceção dos Órgãos Sociais, a Águas do Vale do Tejo não tem qualquer colaborador no seu quadro de pessoal.

Não tendo a Águas do Vale do Tejo colaboradores, todos os mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, no que à aprovação de despesas por si realizadas respeita integralmente aos membros dos Órgãos Sociais, designadamente ao Conselho de Administração, estão implementados na EPAL.

Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Vale do Tejo para prevenir a existência de conflitos de interesses em termos de aprovação de despesas por si realizadas cumprem o procedimento instituído na EPAL para o efeito e que se materializa no seguinte: aquando da apresentação das despesas a pagamento estas foram previamente visadas e aprovadas por um membro do Conselho de Administração diverso do

beneficiário. Cabe, adicionalmente, à Direção Financeira garantir, antes de proceder ao respetivo pagamento, que tal procedimento foi cumprido.

3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros do Conselho de Administração cumpriram o disposto no artigo 51.º do RJSPE, abstendo-se, quando aplicável, de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Nos termos do artigo 28.º dos estatutos da empresa, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral, as remunerações dos membros dos órgãos sociais podem ser fixadas por uma comissão eleita pelos acionistas em Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2023, foram eleitos para o mandato 2023-2025, os membros da Comissão de Vencimentos da Águas do Vale do Tejo, SA:

Presidente | Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão, Luis Miguel Ferro Pereira

Vogal Efetivo | Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

Vogal Efetivo | Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, Hermínio José Da Cruz Augusto Rodrigues

Não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio à Comissão.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da Águas do Vale do Tejo, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do setor público e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

A política remuneratória dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo é comum à das empresas do Grupo Águas de Portugal e segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- À definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a Águas do Vale do Tejo uma empresa com classificação "A";
- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa

Foi deliberado pelo acionista maioritário, AdP SGPS, SA, que as remunerações dos membros do Conselho de Administração abrangidos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro (sem prejuízo das opções pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28º do EGP), e dos membros do Conselho Fiscal da AdP SGPS e das empresas participadas pelas AdP, SGPS, são as que resultem da atualização em conformidade com os índices aplicados pelo Decreto-Lei n.º 84-F/2022, publicado em Diário da República, a 16 de dezembro, bem como da Portaria 26-B/2023, de 11 de janeiro, aplicáveis ao vencimento do diretor-geral,

Foi ainda comunicado às empresas participadas do Grupo AdP para que procedam à sua implementação, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, e que a atualização das remunerações, nos termos enunciados, seja

ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária de cada uma das empresas participadas, sob proposta da AdP SGPS, na qualidade de titular de função acionista.

Em cumprimento dessa deliberação a remuneração dos órgãos sociais da empresa eleitos para o mandato 2023-2025, é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Remuneração do Presidente: Senha de presença, no valor de €650,00 (seiscentos e cinquenta euros)

Remuneração do Vice-Presidente: Sem remuneração

Remuneração do Secretário: Senha de presença, no valor de €400,00 (quatrocentos euros)

(Enquanto Ana Cristina Rebelo Pereira auferir a sua remuneração através de outra empresa do Grupo AdP, a remuneração/senha indicada será faturada pela AdP SGPS à Águas do Vale do Tejo, nas datas em que a mesma seja devida).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. Sem prejuízo nos casos de opção pelo vencimento do lugar de origem, as remunerações são as seguintes:

Administradores executivos:

Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal líquido de €5.966,48 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.386,59 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vice-Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €5.369,83 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro)

Abono Mensal de €2.147,93 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogais – Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €4.773,18 pago doze vezes ao ano (limitado ao vencimento do primeiro-ministro).

Abono Mensal de €1.909,27 para despesas de representação, pago doze vezes ao ano, correspondente a 40% da remuneração do cargo desempenhado e em função da classificação empresarial atribuída à empresa onde desempenha.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Outros termos e condições comuns aos administradores executivos

- Não está prevista a atribuição de remuneração variável para o mandato 2023-2025.
- Utilização de viatura de serviço, despesas de combustível e portagens

Atribuição de viatura de serviço nos termos do regulamento de viaturas que, em cada momento, esteja em vigor no grupo Águas de Portugal, em observância dos custos máximos mensais de aluguer de viatura, fixados em Assembleia Geral da sociedade;

Pagamento das despesas mensais de combustível e portagens afetas à utilização de viatura de serviço fixadas nos termos em vigor, sendo presentemente de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação devidas de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa.

- Comunicações

Pagamento de gastos com chamadas por uso de telefone móvel de serviço, incluindo transmissão de pacotes de dados e internet, até ao montante máximo mensal fixado nos termos da lei que, em cada momento, esteja em vigor, sendo presentemente de €80,00, nos termos do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, e de acordo com o regulamento em vigor no grupo Águas de Portugal.

- Benefícios Sociais

Seguro de vida ou de acidentes pessoais e seguro de saúde nas condições fixadas e nos termos em vigor no grupo Águas de Portugal adicionados dos restantes benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da empresa, nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

- Outros Benefícios

Pagamento de subsídio de refeição, por cada dia útil, nas condições em vigor no grupo AdP, em observância das disposições legais que em cada momento sejam aplicáveis.

Enquanto os membros do Conselho de Administração acumularem funções de gestão na EPAL - Empresa de Águas Livres, S.A., empresa que detém a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, S.A., não haverá lugar ao pagamento de qualquer remuneração e/ou benefícios, seja a que título for.

Administradores não executivos:

Presidente - Remuneração Fixa

Vencimento mensal líquido de €1.491,62, pago doze vezes ao ano, correspondente a um quarto da remuneração auferida pelo presidente executivo, nos termos previstos no Estatuto de Gestor Público.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogal - Remuneração Fixa

Vencimento mensal ilíquido de €1.193,30, pago doze vezes ao ano, correspondente a um quarto da remuneração auferida pelo presidente executivo, nos termos previstos no Estatuto de Gestor Público.

Subsídios de Férias e Natal, nos termos do disposto na legislação em vigor em cada ano do mandato.

No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa da remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Outros termos e condições comuns aos administradores não executivos

- Remuneração variável para o mandato 2023-2025

Não aplicável

- Utilização de viatura de serviço, despesas de combustível e portagens, Comunicações, Benefício Sociais e Outros Benefícios

Não aplicável

CONSELHO FISCAL

Presidente - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.670,61, paga catorze vezes ao ano. No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

Vogais - Remuneração Fixa

Remuneração mensal ilíquida de €1.252,96, paga catorze vezes ao ano. No caso de o exercício de funções não abranger o ano civil por completo, a componente fixa de remuneração anual a liquidar será proporcional ao período efetivo do exercício de funções.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Valor a acordar entre a Águas do Vale do Tejo e o Revisor Oficial de Contas, não podendo, em caso algum, ultrapassar o valor correspondente a:

- 35% da remuneração anual líquida do Presidente do Conselho de Administração, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, pago de acordo com a periodicidade prevista em contrato de prestação de serviços, de acordo com a classificação empresarial atribuída à empresa, nos termos do Despacho SET n.º 155/2018, de 9 de março.

A todas as remunerações de todos os membros dos órgãos sociais serão aplicadas as reduções que estão ou vierem legalmente a ser determinadas.

No que concerne aos Senhores Presidentes de Câmara Municipal membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo, S.A., exercerão o cargo sem auferir qualquer remuneração pelas suas funções nesta sociedade, nos termos do disposto no artigo 30.º, n.º 1, aplicável por força do artigo 51.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, segundo o qual é proibido o exercício simultâneo de funções, independentemente da sua natureza, no município, com funções em empresas do setor empresarial do Estado participadas pelo município, se tais funções forem remuneradas.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório prevê expressamente não haver lugar a remuneração variável.

4. Explicação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório prevê expressamente não haver lugar a remuneração variável.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório prevê expressamente não haver lugar a remuneração variável.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório não prevê benefícios complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:

Os atuais membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo optaram pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte da sociedade.

No caso dos membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo que são simultaneamente membros do Conselho de Administração da EPAL, estamos perante uma acumulação de funções sem oneração para a sociedade.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Os atuais membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo optaram pela remuneração do local de origem, não recebendo assim qualquer remuneração por parte da sociedade.

No caso dos membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo que são simultaneamente membros executivos do Conselho de Administração da EPAL, estamos perante uma acumulação de funções sem oneração para a sociedade.

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração na EPAL foram as seguintes:

No que respeita ao mandato terminado em 17 de abril de 2023:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.966,48	2.386,59
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	5.369,83	2.147,93
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.773,18	1.909,27

Obs: As remunerações indicadas não estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2023(€)		
	Fixa	Variável	Valor
José Manuel Leitão Sardinha	28.879,86		28.879,86
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	27.664,90		27.664,90
Telma Susana Rodrigues Correia	24.591,10		24.591,10
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	24.972,68		24.972,68
			106.108,54

As remunerações indicadas estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023, incluindo retroativos do ano de 2022.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros			
	Diário	Enc. anual da empresa	(Identificar)	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Comunic.	Viaturas	Deslocações	Enc. anual da empresa
José Manuel Leitão Sardinha	7,14	506,94	Seg. Social	7 809,25	1 007,94	484,68	127,46	3 973,79	0,00	4 101,25
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14	500,52	CGA /ADSE	6 795,48	223,66	377,49	143,74	2 930,34	0,00	3 074,08
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14	469,59	CGA /ADSE	6 074,79	201,29	335,55	140,00	2 946,15	0,00	3 086,15
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14	339,84	Seg. Social	4 277,29	111,83	237,68	142,31	3 612,42	0,00	3 754,73
		1 816,88		24 956,81	1 544,72	1 435,40	553,51	13 462,71	0,00	14 016,22

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente ao mandato iniciado em 17 de abril de 2023 foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Carlos Manuel Martins	Sim	A	5.966,48	2.386,59
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado *	Sim	A	5.966,48	2.147,93
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.773,18	1.909,27
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.773,18	1.909,27

Obs: As remunerações indicadas não estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

* - Foi autorizada a Vice-Presidente a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2023(€)		
	Fixa	Variável	Valor
Carlos Manuel Martins	75.144,21	-	75.144,21
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado *	68.240,08	-	68.240,08
Telma Susana Rodrigues Correia	60.658,06	-	60.658,06
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	60.658,06	-	60.658,06
			264.700,40

* - Face à autorização concedida à Vice-Presidente, Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado, a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 8 do art.º 28.º do Estatuto do Gestor Público, com efeitos à data da sua eleição para o mandato de gestão 2023-2025, serão processados retroativos durante o ano de 2024, respeitante ao período compreendido entre 17 de abril de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

As remunerações indicadas estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		Seguro de Vida		Outros	
	Diário	Enc. anual da empresa	(Identificar)	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Enc. anual da empresa	Comunic.	Viaturas	Deslocações	Enc. anual da empresa
Carlos Manuel Martins	7,14 €	1 213,80 €	CGA/ADSE	18 484,94	775,36	1 029,95	281,00	10 779,46	0,00	11 060,46
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14 €	1 234,60 €	CGA/ADSE	16 762,18	551,70	931,15	282,00	7 260,98	0,00	7 542,98
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14 €	1 158,33 €	CGA/ADSE	14 984,47	496,52	827,69	280,00	6 669,46	0,00	6 949,46
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14 €	1 178,10 €	Seg. Social	14 961,43	993,04	823,96	280,00	17 583,21	0,00	17 863,21
		4 784,83		65 193,03	2 816,61	3 612,75	1 123,00	42 293,11	0,00	43 416,11

Obs: A viatura do vogal Rui Lourenço sofreu recálculos de extensão de renda, com efeitos retroativos ao início do contrato (ano de 2018)

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Não aplicável. O Estatuto Remuneratório prevê expressamente não haver lugar remuneração variável.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não aplicável. Durante o ano de 2023 não se verificou qualquer cessação de funções dos cargos de administradores executivos da Águas do Vale do Tejo.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram a seguinte remuneração anual:

Mandato terminado em 16 de novembro de 2023:

Nome	Remuneração Anual 2023 (€)
	Bruta
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	19 665,91
Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	14 749,12
Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho	0,00

As remunerações indicadas estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

Mandato iniciado em 16 de novembro de 2023:

Nome	Remuneração Anual 2023 (€)
	Bruta
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	2 809,42
Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva	2 107,02
António Manuel Pina da Fonseca	0,00

As remunerações indicadas estão deduzidas das reduções remuneratórias em vigor e que foram aplicadas em 2023.

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) em 2023 encontra-se indicada no n.º 3 do ponto E do capítulo V. Órgãos Sociais e Comissões, tendo sido de 11.205 euros.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral

Os membros da Assembleia Geral não auferiram qualquer remuneração no ano em apreço.

Até à data de 17 de abril de 2023 os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 29 de julho de 2020 eram os seguintes:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
(Início-Fim)				Bruta
2020-2022	Presidente	Fernando Manuel Tinta Ferreira, Vereador da Câmara Municipal das Caldas da Rainha	650,00	0,00
2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	-	0,00
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	0,00
				0,00

Após 17 de abril de 2023 os membros da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2023 (€)
(Início-Fim)				Bruta
2023-2025	Presidente	Carlos Manuel Martins Condesso, Presidente Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	650,00	0,00
2023-2025	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	-	0,00
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400,00	0,00
				0,00

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

As transações com partes relacionadas são analisadas pela sociedade, encontrando-se, sempre que aplicável, suportadas em procedimentos de contratação pública.

No que respeita aos mecanismos implementados pela Águas do Vale do Tejo para efeitos de controlo das transações das partes relacionadas, os mesmos resultam da elaboração de uma nota de encomenda anual, aprovada no início de cada ano, conforme delegação de competências aplicável, e suportada nos contratos celebrados com as diversas entidades do Grupo, a qual não permite que sejam registadas despesas adicionais às aprovadas, exceto se resultarem de alterações contratuais posteriores e que serão obrigatoriamente objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da Empresa.

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água e à prestação de serviços de saneamento de águas residuais.

Incluem ainda os *fees* de gestão aplicados pela AdP SGPS às empresas do Grupo AdP, que resultam dos serviços prestados relacionados com o desenvolvimento de funções de estratégia e gestão global, representação institucional e regulatório, comunicação e imagem corporativa, planeamento e controlo de gestão, auditoria, qualidade, inovação desenvolvimento de novos negócios e investimentos do Grupo. O racional económico da centralização destas funções corporativas e estratégicas na AdP SGPS está relacionado com a (i) uniformização das políticas do Grupo AdP e (ii) obtenção de economias de escala, beneficiando, ainda, do *know-how* adquirido e experiência da AdP SGPS, disponibilizando assim soluções adequadas e de elevado potencial, incorporando boas práticas de gestão e garantindo a prossecução dos objetivos do Grupo AdP.

Estas transações são adicionalmente objeto de consolidação mensal pelo acionista, para todas as empresas do grupo, sendo ainda elaborado anualmente um relatório anual dos preços de transferência, nos termos da legislação em vigor. O relatório de preços de transferência referente a 2023 será elaborado e apresentado observando os respetivos prazos legais.

Os saldos e transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023 foram:

2023	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	AdP Valor S.A.	AdP Energias, S.A.	Águas do Tejo Atlântico, S.A.	EPAL, S.A.	Águas do Norte, S.A.	Simarsul, S.A.	Águas de Santo André, S.A.	Águas do Centro Litoral, S.A.	AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	Municípios Acionistas	Municípios Não Acionistas
Ativo												
Accionistas - Empréstimos												
				2 389 723	5 132 390	108 092			34 525		54 126 649	315 717
					171 775	39 338			31 740	62 771		
												77 879
							5 861				1 097 937	535 815
Total				2 389 723	5 304 165	147 429	5 861		66 265	62 771	55 224 586	929 411
Passivo												
	105 090 909											
		46 215	2 182		1 890 292	638				17 096	11 197 744	1 276 263
	496 357	3 520	553		1 630 447			24 131				
				20 921	5 813 224		5 689				2 622 920	92 610
Total	105 587 266	49 735	2 734	20 921	9 333 963	638	5 689	24 131		17 096	13 820 664	1 368 874
Rendimentos												
						566 293			193 218		28 501 700	3 893 134
											147 670	(406 245)
Total						566 293			193 218		28 649 370	3 486 890
Gastos												
					18 115 312	6 009				244 661		
	2 636 456	35 556	39 777		(2 115 330)			24 131			92 495	19 841
					12 036 826							
	5 091 693				524 296							
					11 494						21 658	(11 250)
Total	7 728 149	35 556	39 777		28 572 598	6 009		24 131		244 661	114 153	8 590
Dividendos												

As transações com partes relacionadas estão igualmente descritas na nota 32 do Anexo às Demonstrações Financeiras da Águas do Vale do Tejo incluídas no relatório e contas de 2023.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A Águas do Vale do Tejo segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente, as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio).

As empresas do Grupo AdP asseguram, através da AdP SGPS, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade,

encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procura-se disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não existiram, durante o ano de 2023, transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, ressaltando-se, contudo, as relações *in house* descritas de seguida.

No âmbito da contratação intra-grupo, o relacionamento das empresas participadas do Grupo AdP com a AdP VALOR, Serviços Ambientais, S.A., com a AdP ENERGIAS - Energias Renováveis e Serviços Ambientais,

S.A. e com a EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, SA.

Também o modelo relacional vigente entre a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., e as empresas do grupo Águas de Portugal, designadamente a Águas do Vale do Tejo, é uma relação *in house*, nos termos do previsto no artigo 5.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das contraprestações relativas aos serviços técnicos de gestão e administração (*fees* de gestão) prestados às sociedades participadas nos termos do regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, com a redação vigente.”

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

A lista de fornecedores com transações com a entidade em 2023 que ultrapassam 5% dos FSE consta do quadro seguinte:

Contribuinte	Valor (euros)	Entidade
500906840	37.230.940	EPAL-EMPRESA PORT ÁGUAS LIVRES SA
980245974	9.045.531	ENDESA ENERGIA SA-SUCURSAL PORTUGAL
503093742	8.400.994	ÁGUAS PORTUGAL SGPS S.A.
502124083	5.237.968	IBERDROLA CLIENT PORTUGAL
503195758	2.858.569	C.T.G.A.-CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO
501753494	2.667.578	RNM – PRODUTOS QUÍMICOS, SA
507846044	2.352.953	SU ELETRICIDADE, SA
506477940	2.285.283	AMBIÁGUA, GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, SA
504032542	1.767.456	FACTOR AMBIENTE - ENGENHARIA DO AMBIENTE

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Este Compromisso com a Sustentabilidade 2022-2025 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação

das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do *UN Global Compact* e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- **Ambição: TRABALHAR COM PROPÓSITO**

Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as
- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

- **Ambição: AGIR PELO CLIMA**

Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética
- Reduzir as emissões de GEE
- Promover a mobilidade sustentável do Grupo
- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto

- **Ambição: ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA**

Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Conservar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos

- **Ambição: VALORIZAR OS TERRITÓRIOS**

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

• **Ambição: INOVAR PARA IMPACTAR**

Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP

• **Ambição: GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS**

Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entreatajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento
- Operar numa geografia de referência

• **Ambição: EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE**

Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

Que contempla os seguintes Objetivos:

- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento
- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação

Na sequência da sistematização desta Estratégia de Sustentabilidade, a EPAL assegurou em 2023 que os objetivos dos seus processos se encontravam devidamente alinhados com a mesma, assim como os objetivos de gestão aplicáveis aos gestores da empresa.

Por forma a comunicar com as suas partes Interessadas o seu desempenho neste âmbito, a EPAL elaborou, à semelhança dos anos anteriores, um relato de sustentabilidade que está disponível na internet, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A empresa entende que o desenvolvimento e a melhoria contínua dos seus processos, a prestação de um serviço público de qualidade e a diversificação numa ótica de aumento da eficiência são pilares essenciais que a tornam numa referência no setor de ambiente. Para tal, apostou fortemente nas certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia, Segurança dos Sistemas de Informação e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, numa lógica de transparência e credibilidade.

A aposta numa gestão rigorosa das empresas assegura os princípios de transparência e credibilidade, com base em valores de integridade e ética. As preocupações diárias com a eficiência ou o crescimento económico não podem ser dissociadas de uma conduta ética e responsável.

Tendo em conta o descrito, a Águas do Vale do Tejo manteve a certificação dos vários Sistemas de Gestão, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia, Gestão da Conciliação entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar, e de Segurança da Informação.

A empresa dispõe de diversas ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a sua atuação de acordo com os seus princípios e valores, concretamente, a Política de Integridade que apresenta a visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso das empresas constituintes com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Código de Ética e de Conduta é o instrumento orientador fundamental que apoia as pessoas na compreensão das normas éticas e conduta e dá a conhecer aos parceiros e outras partes interessadas os princípios subjacentes à forma como a empresa desenvolve a sua atividade.

O Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades (Comunicação de Irregularidades) estabelece os procedimentos internos para a receção de comunicações voluntárias de desvios ao referencial ético do Grupo AdP e respetivo tratamento, pela Comissão de Ética, consistindo, simultaneamente, num instrumento de sensibilização interna para uma atuação anticorrupção ou má governação, consciencializando os/as trabalhadores/as dos seus direitos e deveres e estabelecendo um regime de proteção de denunciante.

Adicionalmente, importa ainda referir o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e os Códigos e Regulamentos para Fornecedores.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, a empresa dispõe, como documento orientador, da Política de Gestão, que reflete os principais compromissos da empresa no enquadramento da Missão, Visão e Valores e, num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es (os compromissos constantes da Política de Gestão estão elencados no ponto II deste documento).

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);

A responsabilidade social do Grupo AdP e da AdVT em particular está ligada à sua missão de serviço público.

O Grupo AdP acredita que pessoas certas, com competências certas, focadas na excelência do *core business* são o fator decisivo para a prestação de um serviço de qualidade aos clientes.

Ao nível da Política de Gestão da empresa, dois dos compromissos refletem a preocupação da empresa com a garantia e da melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados, designadamente:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);

A atividade da Águas do Vale do Tejo encontra-se integrada na comunidade, partilhando ativamente com a mesma, os princípios de sustentabilidade em que acredita e sustenta a sua estratégia. Quanto mais sustentáveis forem os comportamentos dos cidadãos, mais eficiente será a atividade da empresa.

A Águas do Vale do Tejo tem tido um papel preponderante nas ações de sensibilização de caráter ambiental, aos diversos públicos-alvo. Estas têm incidido na promoção do uso racional da água para abastecimento evitando desperdícios e na rejeição adequada de águas residuais urbanas. Estas ações, desenvolvidas individualmente ou através de parcerias (municípios, associações ou outras entidades), têm tido um forte impacto a nível nacional.

A preocupação da empresa em prevenir o impacte ambiental, tão a montante quanto possível em todas as atividades da cadeia de valor, e, não sendo possível a sua prevenção, na proteção do ambiente, instituindo por via do Sistema de Gestão Ambiental o controlo operacional necessário. As preocupações

ambientais da empresa têm uma perspetiva temporal alargada, que se refletem na prática, por uma procura persistente de respostas para problemas objetivos como o uso eficiente da água ou as alterações climáticas.

Ao nível da Política de Gestão da empresa os seguintes compromissos enquadram-se na promoção da proteção ambiental:

- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa.

- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.

Contribuir continuamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.

Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.

- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.

- Economia Circular - Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

Deste modo, e tendo sido definida no Grupo AdP a política de igualdade de género, está em contínua implementação em todas as empresas o Plano para a igualdade de género.

A Política de Recursos Humanos do Grupo AdP baseia a relação com os seus colaboradores e com as suas colaboradoras, na confiança e na valorização das suas competências e garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a coesão social, no Grupo. A igualdade de oportunidades no trabalho, é garantida independentemente do género, idade, raça, religião, deficiência e/ou orientação sexual, de cada um.

Garantir o desenvolvimento individual dos/as colaboradores/as e harmonizar as suas competências, expectativas e motivações com as necessidades estratégicas das empresas é um dos desafios do Grupo AdP.

Concretamente na AdVT, a preocupação com a Igualdade de Género encontra-se vertida na sua Política de Gestão:

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa.

Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

A diversidade de idades dos/as trabalhadores/as da EPAL, nas várias categorias profissionais, é demonstrativa do sentido de inclusão das empresas. Observa-se uma tendência de maior número de técnicos operativos e administrativos em faixas etárias mais baixas.

No que respeita ao género, estão representados em todas as categorias profissionais.

A política não discriminatória do grupo é garantida logo no processo de seleção. A contratação de colaboradores/as de minorias étnicas, de outras nacionalidades e com deficiência demonstra a política do Grupo relativa à promoção da igualdade de oportunidades.

Além de promover a integração de pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho, a política de não discriminação do grupo promove ainda a sensibilização dos/as colaboradores/as para as questões sociais e humanas, nomeadamente através da disseminação do código de ética e conduta da EPAL. De realçar, que a AdP SGPS foi uma das empresas pioneiras na adesão código de conduta “Empresas e HIV”, promovido pela Plataforma Laboral contra a sida. Esta iniciativa representa um importante contributo para a resposta à infeção pelo HIV, no local de trabalho, nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, no seu ponto n.º 2, determina que as empresas do sector empresarial do estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações. Dando cumprimento ao previsto, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O relatório relativo à temática da avaliação das remunerações pagas a homens e mulheres na empresa, elaborado em 2024, avalia a diferença salarial entre homens e mulheres, relativamente à remuneração

média e ao ganho médio do mês de dezembro, tendo presente as variáveis sexo, idade, nível de habilitação literária e categoria. De acordo com o previsto na Lei, o relatório em apreço foi revisto e atualizado.

No sítio da internet da Empresa, em <https://www.advt.pt/index.php/pt/menu/sustentabilidade/igualdade-de-genero/> e <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/relat%c3%b3rio-remunerac%c3%b5es-pagas-a-mulheres-e-homens.pdf?sfvrsn=8> encontram-se publicados os Planos de Igualdade de Género e o Relatório de Remunerações pagas a homens e mulheres.

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

Apesar de no âmbito da gestão delegada e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, a EPAL ter assumido, a posição contratual da Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL afetos à gestão delegada prestam serviços à Águas do Vale do Tejo.

A empresa promove o crescimento profissional dos seus trabalhadores/as, visando a expansão das suas aptidões e dos seus conhecimentos. Garantir que os/as trabalhadores/as têm as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das suas competências constitui outro eixo fundamental ao nível dos recursos humanos.

Na empresa, os seguintes compromissos da sua Política de Gestão refletem as políticas de orientação para a valorização e motivação do indivíduo:

- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes.

Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos trabalhadores e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde.

- Formação, Competência e Conhecimento dos/as trabalhadores/as – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas.

Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa.

- Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção, e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos.

Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho.

- Valorização dos trabalhadores/as e do seu contributo - Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa.

Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade.

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

O Grupo, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui uma responsabilidade acrescida na área da inovação, da investigação e do desenvolvimento associados ao seu *core business*. Tendo um duplo papel na colaboração em parcerias, é, simultaneamente, fornecedor e cliente das sinergias que daí advêm, disponibilizando recursos e informação para o desenvolvimento da ciência, e recebendo novos conhecimentos e tecnologias para a melhoria da sua atividade.

A aposta em soluções eficientes potencia a sustentabilidade do negócio e proporciona uma melhor qualidade do serviço prestado a cidadãos, empresas e comunidade.

Na AdVT, a preocupação de responsabilidade económica e a referência a planos de ação para o futuro estão espelhadas na Política de Gestão, nomeadamente nos seguintes compromissos:

- Integridade, transparência, ética e anticorrupção – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas.

Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação.

- Gestão de Ativos – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização.

Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção.

- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social - Contribuir de forma ativa, inovadora e responsável para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente.

Contribuir continuamente para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas.

Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade.

- Combate e adaptação às Alterações Climáticas - Melhorar continuamente o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e

energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos.

- Resiliência organizacional e continuidade do negócio – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou as suas consequências e impactos.

Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas.

- Segurança da informação - Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados.

- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha dos valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.

Inovação e Desenvolvimento – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Menção à disponibilização em SISEE ou SiRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2022 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto.

A Ata da Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório e Contas e o Relatório do Governo Societário, relativa ao ano de 2022 foi submetida em SiRIEF a 19 de maio de 2023.

2. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página)

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentada no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida. As atividades da Águas do Vale do Tejo, são, também, apresentadas no âmbito do relatório de Sustentabilidade, com periodicidade anual.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação da missão da Águas do Vale do Tejo, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu <i>Relatório e Contas</i> anual, do sítio da empresa na Internet e da página da Intranet da EPAL (empresa responsável pela gestão delegada da Águas do Vale do Tejo). Está também referido no Relatório de Sustentabilidade.

<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A Águas do Vale do Tejo elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> • Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A Águas do Vale do Tejo prossegue as diretrizes do Grupo AdP em termos de sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade prosseguida pela Águas do Vale do Tejo encontra-se disponível no seu <i>Relatório de sustentabilidade</i>, no sítio da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos compromissos da Águas do Vale do Tejo, evidenciado na sua estratégia de sustentabilidade, considerada na ambição “Trabalhar com propósito” é “garantir a igualdade de oportunidades”, relatando o seu desempenho no Relatório de Sustentabilidade. • A Águas do Vale do Tejo submeteu o seu Plano de Igualdade de Género 2023, às entidades oficiais, que está disponível, no <i>site</i> da internet e intranet, para as suas partes interessadas. • A Águas do Vale do Tejo possui implementado um Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, devidamente certificado.
<ul style="list-style-type: none"> • Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A Águas do Vale do Tejo cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual à tutela e ao público em geral. Anualmente, é apresentado no <i>Relatório e Contas</i> uma avaliação da atividade desenvolvida pela Instituição.
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Toda a atividade da empresa é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a Águas do Vale do Tejo adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo não tem qualquer trabalhador/a no seu quadro de pessoal.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere a aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e possui procedimentos internos transparentes, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da empresa. <p>No presente relatório consta do capítulo VIII.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A Águas do Vale do Tejo pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Ética e Conduta da EPAL, adotado pela Águas do Vale do Tejo, expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente foi elaborado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada trabalhador/a com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. <p>Não há despesas confidenciais ou não documentadas na Águas do Vale do Tejo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O <i>Código de Ética e Conduta</i> adotado é o da EPAL, o qual se encontra disponível no sítio da empresa, e na Intranet da EPAL.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
------------	-------------	---------------

As empresas detidas pelo Estado devem:

<ul style="list-style-type: none"> • Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Vale do Tejo está perfeitamente ajustada à complexidade da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • O Modelo de Governo da Águas do Vale do Tejo, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes órgãos sociais: a Assembleia-Geral; o Conselho de Administração; o Conselho Fiscal e o ROC.
<ul style="list-style-type: none"> • Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Os Administradores não executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores executivos. O Conselho Fiscal emite relatórios e pareceres sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A auditoria anual às contas da Águas do Vale do Tejo é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção de Contabilidade e a Direção Administrativa e Financeira.
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Os membros dos órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. • Em 2023 procedeu-se à nomeação dos órgãos sociais da Empresa para o triénio 2023/2025
<ul style="list-style-type: none"> • O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e trabalhadores/as das empresas do Grupo AdP. Neste contexto, a Auditoria Interna e o Controlo de Risco têm como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-

chave para reduzir ou eliminar o seu impacto. Os riscos económicos são atenuados por critérios de segurança e prudência que têm em conta a dispersão geográfica dos investimentos efetuados nas diferentes áreas de negócio e pela realização de estudos prévios à sua concretização.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais é realizada através do <i>Relatório de Governo Societário</i> e do sítio da empresa.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da empresa é realizada através do <i>Relatório de Governo Societário</i> e do sítio da empresa.

Prevenção de conflitos de interesses

Princípios	Cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Os membros do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none"> No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Vale do Tejo e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no <i>Estatuto do Gestor</i>

Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

3. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Não há outras informações relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de bom governo adotadas.

O Conselho de Administração

Carlos Manuel Martins
Presidente do Conselho de Administração

Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
Vice-Presidente Conselho de Administração

Telma Susana Rodrigues Correia
Vogal Executivo do Conselho de Administração

Jorge Manuel Alves de Faria
Vogal Não-Executivo Conselho de Administração

Rui Manuel Gonçalves Lourenço
Vogal Executivo do Conselho de Administração

Joaquim Bernardo dos Santos Diogo
Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho
Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE ou, no caso das empresas que não tenham órgão de fiscalização nomeado pela tutela, declaração dando conta desta situação.

(anexo I)

2. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2023: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do mesmo artigo).

Deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vd. artigo 66.º-B do CSC).

(não aplicável na medida em que a AdVT não é uma empresa de interesse público)

Anexo I

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE

(Em anexo ao presente Relatório)

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2023**

RELATÓRIO

1 – Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o Relatório do Governo Societário da sociedade Águas do Vale do Tejo, S.A., apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2023.

2 - O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Vale do Tejo, S.A. e a evolução dos seus negócios, quer mediante o contacto e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, quer através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal.

3 – O Relatório de Governo Societário foi preparado e aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2024, dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Esse artigo estabelece que, anualmente, deve ser apresentado um relatório do qual conste informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei.

4 – O nosso trabalho consistiu em analisar e verificar que o Relatório de Governo Societário cumpre o disposto no já referido Decreto-Lei e que ele é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no ano de 2023 pela Águas do Vale do Tejo, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

5 – Regista-se, igualmente, que o Parecer do Revisor Oficial de Contas emitido pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., em 8 de março de 2024, menciona expressamente, que o Relatório de Governo Societário da Águas do Vale do Tejo, S.A. *“é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2023 pela Águas do Vale do Tejo, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.”*

6 – O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que tem tido do Conselho de Administração e dos Serviços da Águas do Vale do Tejo, S.A. no desempenho das suas funções.

7 – Com base no trabalho desenvolvido, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Governo Societário, relativo ao ano de 2023, apresentado pelo Conselho de Administração não é, em todos os aspetos materialmente relevante, adequado à

compreensão das Boas Práticas de Governo Societário, adotadas no ano de 2023 pela Águas do Vale do Tejo, S.A. e da forma como se desenrolou a atividade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer favorável a que seja aprovado, pela Assembleia Geral da Águas do Vale do Tejo, S.A., o Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2023.

Sem afetar o nosso parecer, incluído no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

- a) O Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, S.A. submeteu à UTAM, em 23 de novembro de 2023, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e metas para o mandato. A referida proposta não foi ainda objeto de parecer prévio pela UTAM e subsequente concordância das Tutelas Setorial e Financeira, pelo que o contrato de gestão ainda não foi celebrado.
- b) A Águas do Vale do Tejo, S.A. não dispôs, em 2023, de Conselho Consultivo, previsto no n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, nem do seu Regulamento. Por isso, a Águas do Vale do Tejo, S.A. não submeteu proposta com os objetivos de qualidade de serviço, tal como previsto no Contrato de Concessão. O Conselho Fiscal reitera a recomendação de regularização da situação.
- c) No número 6, da Parte B do ponto VI - «Controlo interno e prevenção de riscos», estão descritos alguns dos principais riscos a que a Águas do Vale do Tejo, S.A. se encontra exposta, avaliados como de risco Elevado, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023, os quais carecem do devido acompanhamento e, na medida do possível, da implementação de medidas de mitigação:
 - i. Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador;
 - ii. Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais;
 - iii. Risco de disrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria-prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço.

Lisboa, 8 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais (Presidente)

Cláudia Maria Veiga Tavares da Silva (Vogal)

António Manuel Pina Fonseca (Vogal)



Ao Conselho de Administração da
Águas do Vale do Tejo, S.A.

Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Governo Societário do exercício de 2023 da Águas do Vale do Tejo, S.A.

Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, emitimos o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da Águas do Vale do Tejo, S.A. (a Entidade), apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício de 2023, dando cumprimento ao n.º1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como a informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei e no Manual para elaboração do Relatório de Governo Societário 2023 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (“UTAM”).

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração e serviços, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira disponibilizada.

O nosso trabalho relativamente ao Relatório do Governo Societário, consistiu em analisar e verificar que o mesmo cumpre o disposto no referido Decreto-Lei, que foi elaborado em consonância com o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2023 da UTAM e que é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no exercício de 2023 pela Entidade e da forma como se desenrolou a atividade.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, concluímos que o Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2023 pela Águas do Vale do Tejo, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003